

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 17.10.2022

Construção de zonas urbanas agradáveis para viver e visitar

O desenvolvimento sustentável de uma cidade passa por quatro fases: construção, envelhecimento, manutenção e reordenamento. Como se pode, através da renovação, trazer oportunidades de revitalização e dinamismo comercial à comunidade é o tema a que a indústria de construção dá mais atenção.

Para melhorar a qualidade de vida da população e salvaguardar os resultados do desenvolvimento urbano, o Governo da RAEM promulgou, em 2013, a nova “Lei de terras”, a “Lei de Salvaguarda do Património Cultural” e a “Lei do Planeamento Urbanístico”, para fazer bem a preparação; mais, para incentivar e impulsionar os proprietários a cumprirem as suas responsabilidades de reparação das partes comuns dos edifícios, foi criado o Fundo de Reparação Predial e melhorada a segurança dos edifícios antigos. Até agora, foram lançados cinco planos para apoiar financeiramente as obras de conservação e reparação de edifícios privados em Macau, no âmbito da segurança e salubridade pública.

O presente Governo promoveu activamente a renovação urbana e criou a Macau Renovação Urbana, S.A., lançou um projecto-piloto de renovação urbana dos bairros antigos que inclui os sete edifícios do Bairro do Iao Hon; e, através da cooperação com as associações e proprietários, foram criadas assembleias de condóminos e órgãos de administração, a fim de participar activamente na respectiva reconstrução.

Como todos sabem, a renovação urbana, para além de dar importância à reconstrução e reparação dos edifícios, inclui ainda a conservação e embelezamento das ruas, etc. Actualmente, há o Plano Director da RAEM (2020-2040), que indica claramente as funções por zonas dos terrenos, nas não há instruções para o desenvolvimento da renovação urbana por zonas. Assim, como é que os trabalhos vão ser complementados? É claro que os proprietários têm de cumprir as suas responsabilidades legais quanto à reparação e manutenção dos seus edifícios, mas o Governo também pode contribuir para a renovação urbana, transformando Macau numa cidade com condições para se viver e visitar, e maximizando o seu papel de impulsionar a renovação urbana.

Na nossa vizinha Hong Kong, a Autoridade de Renovação Urbana (*Urban Renewal Authority*) lançou, neste ano, o projecto piloto “Reparação dos Bairros Comunitários”, merecedor da referência das autoridades de Macau, que abrange: apoio técnico e financeiro aos proprietários qualificados para resolver os problemas de envelhecimento predial; e renovação dos bairros comunitários, orientada pelo planeamento e baseada nos distritos, para conjugar as estratégias de reconstrução, reparação predial, preservação e revitalização, optimizando o ambiente dos bairros comunitários. Como as respectivas medidas estão estreitamente relacionadas com a preservação dos bairros comunitários, sugiro o seguinte:

1. O Governo ou a Macau Renovação Urbana podem tomar a iniciativa de visitar cada um dos prédios em causa para conceber um projecto de “reparação” que seja adequado ao respectivo bairro comunitário, atribuindo, de uma só vez, aos respectivos proprietários participantes um subsídio adicional, destinado apenas às despesas com obras, para centralizar o apoio aos proprietários nas obras de reparação que impliquem despesas elevadas, como a reparação das antigas e degradadas paredes exteriores do prédio, o revestimento da camada resistente à água no terraço, etc., com o objectivo de realizar o *design* e a renovação através dum estilo artístico integral.

2. Prestar apoio especial aos idosos com menos capacidade económica; convidar as associações filantrópicas, as empresas do jogo e as entidades voluntárias para prestarem apoio aos proprietários nos trabalhos de reparação e para o fornecimento dos materiais, recursos humanos e técnicos.

3. Implementação experimental do conceito de “administração conjunta de edifícios”. Além de apoiar a criação de comissões administrativas de proprietários de edifícios antigos, pode-se formar, em conjunto com outros edifícios, uma pequena comunidade para a “gestão conjunta”, apoiando os proprietários na contratação de empresas de administração de propriedades, de administradores, e de trabalhadores de limpeza e manutenção, por forma a reduzir os seus encargos financeiros através da partilha das despesas.

Espero que as autoridades possam tomar como referência estas sugestões, dando mais incentivos para promover a participação activa dos moradores na renovação urbana, e melhorando o ambiente habitacional das diferentes zonas. Isso vai permitir uma melhor coordenação das obras de restauro dos edifícios, bem como da sua demolição e reconstrução, conservação e embelezamento, através do aproveitamento adequado dos recursos existentes para fazer dos bairros comunitários pontos de encontro de elementos antigos e novos.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 17.10.2022

Estabelecer o mecanismo de troca de direitos reais, para promover o desenvolvimento razoável de terrenos

O Centro Histórico de Macau é património mundial, e o Governo, através da imposição de restrições e de pressões aos seus proprietários no que toca à sua salvaguarda, preservação e utilização, cumpre a sua conservação e gestão. Para preservar a autenticidade e a integridade do Centro Histórico, o Governo promove proactivamente os trabalhos de conservação cultural e recorre a diversas formas para adquirir os direitos de propriedade de edificações privadas com valor de conservação, por exemplo, foram adquiridas as propriedades da Casa do Mandarim, de 13 edifícios no Pátio da Eterna Felicidade, e da Antiga Farmácia Chong Sai e do edifício n.º 24 da Travessa da Porta, através de troca de terrenos, doação de proprietários e compra directa, respectivamente. A exploração de terrenos tem impacto directo no desenvolvimento socioeconómico, e a finalidade e a potencialidade de desenvolvimento de cada terreno são o que os proprietários se esforçam por proteger, daí as disputas incessantes entre estes e os grupos de conservação de património, afectando bastante a velocidade da renovação urbana.

Há dias, o projecto da planta de condições urbanísticas do Pátio da Claridade voltou a ser discutido no Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU), após a última discussão em 2016. As exigências do IC para a sua preservação passaram da manutenção de todo o edifício para a manutenção apenas da fachada em frente à rua, das características do telhado e da altura original, mas, mesmo assim, o projecto continuou a suscitar a oposição de muitos membros do CPU, por isso foi devolvido por não ter obtido o seu consenso. Quanto às construções do património cultural, Macau já tem leis e regulamentos para a sua conservação. Mas, devido ao contexto histórico especial de Macau, continuam a existir muitas construções antigas que têm valor potencial de conservação ou necessitam de ser aproveitadas novamente, por isso, há que recorrer a uma forma mais flexível para a transmissão do direito real, que tenha em conta a vontade do Governo em proteger o património e os direitos e interesses de desenvolvimento das propriedades privadas, a fim de resolver os diversos problemas decorrentes do desenvolvimento dos terrenos, inevitáveis durante o desenvolvimento da cidade.

Além de protecção do património cultural, durante o processo de renovação urbana, também pode haver diferentes restrições às construções devido à alteração da sua finalidade. Olhando para as leis mundiais que visam a preservação e o respeito pelos direitos e interesses de desenvolvimento por parte dos proprietários, o regime de transmissão do direito de desenvolvimento dos terrenos, ou seja, a “*Transfer of Development Rights (TDR)*”, merece, de facto, a nossa referência. Quanto à redução ou cancelamento, a pedido do Governo, de obras em terrenos protegidos, os titulares destes terrenos podem renunciar ao seu aproveitamento, para obter direitos e interesses de desenvolvimento dos terrenos em zonas onde o Governo incentive o seu desenvolvimento, a fim de proteger o património cultural e paisagístico e, ao mesmo tempo, de salvaguardar o direito de desenvolvimento e os interesses dos proprietários. Trata-se de uma outra

medida para além da aquisição, da troca de terrenos e das doações, através da qual o Governo detém directamente o direito real. A *TDR*, enquanto forma institucionalizada de gestão que promove o desenvolvimento racional dos terrenos, pode reduzir os custos administrativos e financeiros resultantes da negociação ou da aquisição do direito de propriedade por parte do Governo, permitir aos proprietários uma maior flexibilidade na aplicação dos seus próprios bens, consoante o desenvolvimento do mercado, e acelerar o desenvolvimento regional, conforme os objectivos definidos. Em Hong Kong, no caso de expropriação de terrenos nos Novos Territórios para a construção de novas vilas, foi adoptado o livro de direitos e interesses de troca de terrenos, ou seja, o *Letter B*, e este é um exemplo disso.

Assim, proponho ao Governo a criação de um mecanismo sistematizado de troca de direitos reais, através do qual se possa atribuir o direito de desenvolvimento aos proprietários de construções privadas afectados por razões de interesse público ou de preservação cultural e ambiental. Trata-se de um direito de desenvolvimento atribuído de forma razoável e para a economia do montante de participação financeira, e que visa obter em troca a desistência do desenvolvimento de construção num determinado local. Esse mecanismo vai permitir promover a harmonia social e a participação activa dos proprietários nos trabalhos de renovação urbana e de protecção do património cultural e ambiental, sendo também um catalisador para promover a iniciativa de os proprietários negociarem com o Governo, a fim de se proteger a propriedade privada dos residentes de Macau e, ao mesmo tempo, melhorar o trabalho do regime de desenvolvimento de terras de Macau.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 17.10.2022

Integração entre o capital e as indústrias de ponta

Este ano é o 2.º aniversário do “14.º Plano Quinquenal” do País e o primeiro aniversário do Plano geral para a zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin, e neste contexto, Guangdong e Macau têm oportunidades de desenvolvimento sem precedentes. O “14.º Plano Quinquenal” e os “objectivos longínquos de 2035” também assinalam a necessidade de aperfeiçoar o sistema nacional de inovação e de acelerar a construção do País como uma grande potência científica e tecnológica, e o Plano geral para a zona de cooperação aprofundada clarifica o seguinte: a zona de cooperação deve desenvolver as indústrias de investigação científica e tecnológica e de manufactura de alta qualidade, construir um conjunto de infraestruturas científicas e tecnológicas de que o desenvolvimento necessita urgentemente, criar um centro de inovação e transformação científica e tecnológica, e promover a construção de um centro internacional de inovação científica e tecnológica da Grande Baía. Pelo visto, incentivar a inovação científica e tecnológica, desenvolver, em grande escala, novos sectores e novos focos de crescimento económico, e cultivar novos motores para o crescimento económico são caminhos orientadores para as políticas actuais e futuras do nosso País, assim como um importante motor para o desenvolvimento futuro da zona de cooperação aprofundada.

Para o desenvolvimento da indústria financeira moderna em Macau, há que criar um ambiente mais relaxado para as empresas de inovação científica e tecnológica. Esta inovação tem características de alto custo, longo prazo e grandes riscos, pois desde a investigação até à transformação dos resultados em produtos, à exploração do mercado, à produção de benefícios e à obtenção de retornos do investimento, tudo exige capitais avultados. A indústria financeira, enquanto artéria que serve a economia, pode proporcionar à inovação científica e tecnológica um apoio contínuo ao nível do capital, assim como ferramentas financeiras e regimes para evitar riscos. Assim, esta inovação depende do desenvolvimento inovador e do apoio da indústria financeira, uma vez que o mercado financeiro dinâmico, os canais de financiamento sem obstáculos e o bom ambiente financeiro são garantias importantes para a inovação científica e tecnológica e para o desenvolvimento económico de alta qualidade.

Macau é um modelo de implementação bem-sucedida do princípio de "um país, dois sistemas", e um local importante de intersecção do "ciclo duplo, doméstico e internacional", e desde o retorno à Pátria, esta tem apoiado o seu desenvolvimento próspero e estável. Macau possui um ambiente de negócios competitivo ao nível internacional, um ambiente político estável, uma ligação íntima com o Interior da China e com o exterior, um regime fiscal simples e uma base de fiscalização financeira internacionalizada.

Para conseguir mais espaço e oportunidades de desenvolvimento, sugere-se ao Governo que acelere o desenvolvimento do sector financeiro moderno de Macau,

adoptando políticas de apoio. A prestação de apoio financeiro diversificado para o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica e da indústria de manufactura de alta tecnologia em Shenzhen e em Zhuhai assenta nos seguintes três aspectos:

Primeiro, desenvolvimento acelerado do mercado de títulos de Macau. Nos últimos dois anos, a construção do mercado de títulos de Macau tem-se desenvolvido de forma acelerada. Com o lançamento do “Sistema Central de Depósito de Valores Mobiliários de Macau (MCSD)”, vai concretizar-se ainda mais os títulos de dívidas, desde a sua colocação no mercado, passando pela sua distribuição e pelas cadeias de custódia e de liquidação totalmente funcionais, aumentando assim a liquidez nas transacções de obrigações. O sistema de aprovação e emissão de obrigações transformou-se num sistema de registo, elevando a eficiência da emissão de obrigações e formando uma força conjunta, com a vantagem da baixa taxa de imposto já existente em Macau, a fim de reforçar a atracção das instituições para emitirem obrigações em Macau.

Segundo, promover o crescimento da indústria da inovação de investimentos. O Projecto Geral apresenta uma série de novas políticas e medidas para o desenvolvimento do sector financeiro moderno, criando novas oportunidades para o desenvolvimento do sector financeiro Guangdong-Macau. Actualmente, estão registados mais de 560 fundos privados na Zona de Cooperação Aprofundada. Com o desenvolvimento das diversas instituições financeiras com características próprias nessa Zona, o sector financeiro moderno vai desenvolver ainda mais o seu importante papel enquanto elo económico no aprofundamento da cooperação entre Guangdong e Macau, proporcionar um apoio financeiro mais eficiente, conveniente e flexível para os sectores da inovação tecnológica e da indústria da produção de alta qualidade. Actualmente, existem em Macau empresas e profissionais que se dedicam à inovação nos investimentos, com vista à articulação com desenvolvimento das indústrias emergentes na Grande Baía. O Governo deve acelerar a implementação da Lei da fidúcia e da Lei dos fundos, entre outros diplomas legais e regimes financeiros de alta qualidade, bem como lançar políticas complementares de incentivo, otimizar os fundos das indústrias e o ambiente de negócios para as actividades de inovação de investimentos, promover o funcionamento em Macau de mais empresas de capital privado e fiduciárias, bem como de diferentes tipos de instituições de serviços profissionais, com vista a atrair capitais e quadros qualificados para Macau.

Terceiro, uma maior abertura do fluxo de capitais transfronteiriços entre Macau e a zona de cooperação aprofundada. O “Plano Geral” propõe o reforço da cooperação entre o mercado financeiro da zona de cooperação e o mercado financeiro *offshore* de Macau e de Hong Kong. Assim, há que alargar de forma estável a área de transferência dos activos transfronteiriços, explorar a construção de uma rede electrónica, com vista a promover uma ampla abertura dos mercados financeiros na zona de cooperação, explorar a livre entrada e saída de capitais transfronteiriços e promover a convertibilidade cambial de capitais. Estas políticas vão contribuir para a construção de um novo sistema de abertura financeira de alto nível e integração de Macau na zona de cooperação aprofundada e disponibilizar experiências úteis para a promoção dos mercados financeiros do meu País.

Sugere-se a criação, o mais rápido possível, de um mecanismo piloto de supervisão financeira transfronteiriça do tipo “*sandbox* regulatório”, que permita a instalação, a título experimental, de *offshore* na zona aprofundada e em Macau, e que sejam implementadas medidas inovadoras e liberalizadas nas finanças transfronteiriças, com vista a alcançar um nível mais elevado de abertura financeira transfronteiriça e atrair a instalação de mais instituições financeiras em Hengqin e Macau, assim como criar um ambiente de capital mais aberto à inovação tecnológica.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 17.10.2022

Apoiar a recuperação económica e desenvolver o turismo + outras áreas

Os primeiros seis dias da semana dourada pelo 1 de Outubro terminaram, com um total de cerca de 27,4 mil visitantes por dia. O desempenho geral esteve dentro das expectativas, mas algumas províncias e cidades do Interior da China foram afectadas pela epidemia, causando uma certa instabilidade nas actividades económicas de Macau. Acredita-se que, sob medidas eficazes de controlo, a estabilidade será restabelecida. Mais, em Setembro passado, o Governo Central lançou uma série de medidas favoráveis a Macau, nomeadamente, a retoma da emissão de vistos electrónicos e a abertura a grupos de turistas provenientes de quatro províncias e uma cidade do Continente, o que se trata de uma boa notícia para a recuperação da nossa economia. Espero que o Governo da RAEM dialogue com o Governo do Interior da China, para estudar, o mais rápido possível, um mecanismo claro de interrupção e recuperação devido à epidemia, bem como para divulgar à sociedade certas informações, a fim de dinamizar as actividades empresariais e aumentar a confiança dos turistas.

Ao mesmo tempo, verifica-se que o Governo e os operadores turísticos se têm esforçado para aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo Governo Central de políticas benéficas para Macau, preparando-se activamente na realização das actividades turísticas para a segunda metade do ano. Também têm sido promovidas medidas de benefício para atrair clientes, por exemplo, o “Carnaval de Consumo de Macau” proveio dos primeiro dez mil milhões de patacas destas medidas, e teve início na semana passada (15 de Outubro) e vai prolongar-se até Fevereiro do próximo ano. Em relação a estas actividades e medidas de benefício que são ricas, espera-se que o Governo reorganize e divulgue as respectivas informações, incluindo a política de prevenção de epidemias e medidas de benefício, etc. Há que mostrar todas estas medidas aos turistas e residentes nas diversas plataformas, nomeadamente, na de transmissão em directo do projecto das lojas com características próprias, com resultados positivos, pelo que se espera a continuação do reforço da transmissão em directo e a divulgação destas informações em vídeos, e há ainda que fazer a conjugação com a sua divulgação *offline*. Há que acelerar, no futuro, a formação dos talentos nesta área, e sugere-se ao Governo que lance mais medidas para fomentar o desenvolvimento do sector da inovação e promover também as “Marcas de Macau” e os “Produtos Fabricados em Macau” a expandirem-se para o exterior.

Decorridos três anos de epidemia, a capacidade de consumo dos turistas em Macau deixou de ser tão forte como antes. Sob o impacto da epidemia, apareceram os hábitos de viajar em alturas em que há menos pessoas e de viagens curtas. Mais, os grupos de turistas jovens preferem agora passeios de lazer, fazem “*chek in*” através de aplicações de telemóveis nos locais turísticos divulgados por influenciadores nas redes sociais (em inglês *KOL*) e actividades turísticas de qualidade, o que é muito diferente em relação aos grupos de turistas que gostam mais de “lutar” nas compras. Assim, proponho ao Governo que, em conjunto com o sector turístico, acrescente novos elementos aos produtos e roteiros turísticos, para impulsionar o surgimento de mais produtos turísticos personalizados. Mais, é possível aplicar mais esforços no desenvolvimento do projecto

(Tradução)

“Turismo +” que envolva vários elementos, por exemplo, Torneio de Campeões WTT Macau 2022, Maratona internacional, Grande Prémio de Macau, entre outras actividades desportivas, e impulsionar o desenvolvimento da combinação “turismo+desporto”, para atrair mais amadores de desporto e fãs de estrelas desportivas para se deslocarem a Macau, e reforçar a divulgação aos turistas de mais informações de diferentes domínios. A longo prazo, proponho ao Governo que proceda à conjugação do turismo com as indústrias emergentes e com a indústria da saúde, crie passeios de lazer e cursos de medicina chinesa, e acelere o desenvolvimento de produtos turísticos assentes na combinação das vantagens de Hengqin e Macau, daí aumentando o encanto de Macau para atrair mais turistas.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 17.10.2022

Actualizar e enriquecer a educação sobre o amor pela Pátria e por Macau

O Presidente Xi Jinping afirmou que a longa tradição patriótica, a forte identidade nacional, o sentimento de pertença e o orgulho nacional dos compatriotas de Macau são a razão mais importante do sucesso da implementação da política “Um País, Dois Sistemas” em Macau.

Desde o Retorno à Pátria, com a activa promoção do Governo e a participação dos sectores da sociedade, a educação patriótica conseguiu sucesso notório, pois a identidade nacional e o patriotismo estão enraizados na juventude, e o valor nuclear do amor pela Pátria e por Macau tem sido predominante. Porém, a implementação da política “Um País, Dois Sistemas” tem um longo caminho a percorrer e tem de ser prosseguida por várias gerações. A educação sobre o amor pela Pátria e por Macau deve evoluir e progredir.

Como se sabe, o nosso País tem conseguido progressos na ciência aeroespacial, e os residentes de Macau, enquanto cidadãos chineses, sentem-se orgulhosos. Com o apoio do Governo Central, Macau vai poder participar nos trabalhos aeroespaciais do País, através da selecção dum especialista de carga de Macau, para realizar experiências e investigações no espaço. Isto demonstra a atenção aos investigadores de Macau e o reconhecimento do seu trabalho, e vai incentivar a juventude a esforçar-se para se dedicar à investigação científica.

Há muitos jovens de Macau com o ideal de um dia se tornarem astronautas, explorarem o espaço e servirem a Pátria. Mas, para realizar este sonho, falta ainda a garantia do sistema jurídico, uma vez que os astronautas do nosso País pertencem ao quadro militar e, para os jovens de Macau se tornarem astronautas, está em causa o seu ingresso no exército e o serviço militar. O serviço militar é um dever de todos os cidadãos chineses, nos termos da lei, mas a Lei Básica não define expressamente que os residentes das regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau têm de prestar serviço militar. A “Lei do Serviço Militar” do Interior da China também não é uma das leis nacionais aplicáveis em Hong Kong e em Macau.

Apesar disso, Macau e a Pátria respiram juntos e compartilham um mesmo destino, por isso espero que os serviços competentes do País criem mecanismos e regimes para que os jovens de Macau possam ingressar no exército para servir a Pátria. Assim, para além de satisfazer esse desejo dos jovens, pode-se enriquecer ainda mais a educação sobre o amor à Pátria e a Macau, e também assegurar que haja sucessores para a causa “Um País, Dois Sistemas” e que esta se mantenha estável e duradoura.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 17.10.2022

Fazer bom uso do Centro modal de transportes para alargamento da Zona Histórica

Hoje é o 1.º plenário da 2.ª sessão legislativa da 7.ª Legislatura. Antes de mais, desejo a todos bom trabalho e boa saúde!

O tema da minha intervenção é: fazer bom uso do Centro modal de transportes para o alargamento da Zona histórica!

O 20.º Congresso Nacional do PCC foi realizado em Pequim, ontem, sem sobressaltos. Perante a natureza mutável da epidemia e a conjuntura internacional tensa e complexa, vamos continuar a implementar o pensamento do Presidente Xi sobre o socialismo com características chinesas na nova era, unir a nação, promover o grande espírito patriótico do Partido, aderir à política de prevenção e controlo da epidemia, estabilizar a economia e promover o desenvolvimento de qualidade. Creio que a nossa força nacional vai embarcar numa nova jornada de progresso em todas as frentes.

Graças ao apoio da mãe-pátria, as políticas para o desenvolvimento económico de Macau foram implementadas em tempo útil. Durante a "semana dourada" do Dia Nacional, que acabou há dias, Macau registou um aumento gradual dos visitantes, e com o abrandamento da epidemia, o número de visitantes a Macau foi melhor do que o esperado, o que fez aumentar a nossa confiança. Estamos muito confiantes de que, ao seguir a política nacional de prevenção e controlo da epidemia, e ao persistir no atingir da meta "dinâmica zero" para que a epidemia seja controlada, a economia turística de Macau vai recuperar rapidamente. Por conseguinte, devemos preparar-nos para a recuperação económica, e que considerar, em particular, tomar medidas para facilitar a deslocação aos pontos turísticos e aumentar os elementos históricos e culturais e a sua atracção. Por exemplo, há que fazer bom uso do Centro modal de transportes da Barra para alargamento da Zona Histórica, criando um novo ponto de *check-in* famoso na *internet*.

Devido à pandemia, as obras da estação da Barra foram adiadas para Março do próximo ano, e a sua abertura está prevista para o final do próximo ano, altura em que o metro vai ligar a Taipa à Macau, facilitando assim as nossas deslocações. Em Março de 2020, teve lugar a recepção provisória das obras do Centro Modal de Transportes da Barra, portanto, estão reunidas condições para a abertura de algumas instalações, pois, o centro modal é uma estação de ligação do metro aos outros transportes públicos, e tem um parque de estacionamento público, tornando-se assim num importante nó rodoviário. Devemos planear e concretizar, o mais cedo possível, a integração dos edifícios com valor histórico nas imediações do Templo de A-Má, transformando-os numa nova zona histórica, num novo ex-libris, e aumentar pontos de *check-in* e criar mais elementos turísticos e culturais.

Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Tendo em conta que a indústria marítima está intimamente ligada à história de Macau, propõe-se a ampliação da área de exposição e dos elementos do Museu Marítimo,

a introdução de mais informações sobre as centenas de anos de história de actividades marítimas locais, pesca, construção naval e até a Rota da Seda Marítima, para dar a conhecer aos residentes e turistas a história da navegação marítima; aproveitar plenamente os monumentos históricos circundantes, concretizar o planeamento da construção de uma ligação entre o Museu Marítimo e o Centro Histórico de Macau na periferia do Templo de A-Má; por exemplo, aproveitar as antigas construções históricas utilizadas pelo Instituto para os Assuntos Municipais, as antigas instalações do Matadouro Municipal e os respectivos escritórios, e juntamente com os números 1 e 2 das Oficinas Navais do Instituto Cultural, revitalizar as imediações da Barra e todo o conjunto de construções históricas.

2. Tomando como referência o planeamento de revitalização dos bairros históricos, há que melhorar as principais vias de acesso ao Centro Histórico, como a Avenida da República, Estrada da Penha, Rua de S. Tiago da Barra, Rua da Barra e Rua do Padre António, e que reparar e revitalizar os edifícios históricos naquele centro. Há também que proceder à articulação com os programas de apoio financeiro para a manutenção e revitalização de edifícios históricos, a fim de estimular a economia dos bairros antigos de Macau e de promover o desenvolvimento sustentável do turismo.

3. Sugere-se o bom aproveitamento das infra-estruturas dos Novos Aterros e as construções históricas do Centro Histórico, a fim de definir um plano para a retoma da economia e de aproveitar eficazmente os recursos existentes. No tocante ao tráfego, há que criar ligações ao Centro Histórico, revitalizando os bairros comunitários nas suas proximidades e descobrindo mais elementos turísticos. Mais, sugere-se também que sejam planeados itinerários de visita a pé para os novos e antigos bairros comunitários, a fim de proporcionar aos turistas e residentes espaços públicos ao ar livre para visitarem e experimentarem a cultura única de Macau, quer a oriental quer a ocidental!

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 17.10.2022

Promover a reconversão e a elevação de nível do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau

O Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, criado em 2003, é o primeiro desta natureza no País e, com base no princípio “um País, dois Sistemas”, reúne as vantagens das zonas administrativas especiais, das zonas económicas especiais, dos portos francos e das zonas aduaneiras. As indústrias que utilizam este Parque dizem respeito a comércio electrónico transfronteiriço, armazenamento e logística, comércio de serviços, tecnologias de informação, etc. Mais de 600 empresas entraram neste Parque, das quais o número das empresas de Macau excede 300. Há mais de 1000 cidadãos de Macau a trabalhar no Parque, e muitas empresas de Macau estão a aproveitá-lo como trampolim para entrar no Interior da China.

O parque teve um período dourado, graças às políticas favoráveis, à sua localização privilegiada, e ao apoio das representações dos serviços alfandegários, comerciais, fiscais e de inspecção fronteiriça. Porém, com a evolução da conjuntura económica do Interior da China, o seu potencial tem vindo a enfraquecer, pois a sua natureza industrial deixou de coincidir com o rumo do desenvolvimento das empresas, e está a causar mesmo algum constrangimento. Mais, dado que a indústria de serviços é proibida nesta zona de gestão especial, faltam no parque e na sua envolvente instalações complementares de restauração e comércio, dificultando muito a vida e as deslocações dos trabalhadores, e a atracção de talentos. Além disso, de acordo com empresas de comércio electrónico transfronteiriço, o desalfandegamento das mercadorias não é fácil.

Atendendo às restrições ao desenvolvimento do parque nos últimos dez anos, muitas empresas de Macau esperam que os governos de Zhuhai e de Macau se possam conjugar, no sentido de encontrar as soluções adequadas para resolver as suas dificuldades, e promover a reconversão e a valorização da zona industrial transfronteiriça, para assumir, tal como Hengqin, a grande missão e responsabilidade de servir o desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau.

1. Sugere-se ao Governo da RAEM que promova a transferência ou suspenda a utilização das funções das zonas especiais aduaneiras das zonas transfronteiriças, mantendo as funções do posto fronteiriço exclusivo do Parque Industrial Transfronteiriço e outras políticas preferenciais concedidas pelo Governo Central às zonas em causa. As empresas que já exercem actividades de alfandegamento no parque poderiam, de acordo com o desenvolvimento das suas actividades e a vontade das mesmas, transferir-se para a Zona Franca de Zhuhai, ou o Governo podia tomar medidas alfandegárias de controlo de exportação, criar armazéns aduaneiros, etc.

2. A zona transfronteiriça foi definida, no início, como zona “industrial”, e sugere-se ao Governo que a transforme numa zona de “comércio e serviços”, definindo medidas de apoio para a sua transformação, promovendo com grande empenho os serviços de armazenamento, logística, comércio electrónico (incluindo o comércio electrónico

transfronteiriço), comércio internacional, e serviços de exposição e venda de produtos, entre outros novos sectores de actividade, para expandir o respectivo âmbito e alargar um novo modelo de negócios.

3. Sugere-se ao Governo da RAEM que realize activamente consultas com os serviços competentes do País para racionalizar e otimizar algumas políticas e medidas desactualizadas, no sentido de promover a transformação da zona transfronteiriça num parque comercial moderno e num parque industrial polivalente, e atrair mais quadros qualificados de Guangdong e Macau para se dedicarem ao desenvolvimento desse parque, para que possa desempenhar, mais uma vez, um papel activo no processo da diversificação adequada da economia de Macau.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 17.10.2022

Fazer bom uso das políticas favoráveis do País para dar início a um novo capítulo do desenvolvimento de Macau

Em Setembro do ano passado, o Governo Central e o Conselho de Estado da China divulgaram, oficialmente, o "Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin". Graças aos esforços conjuntos de Guangdong e Macau no último ano, a Zona de Cooperação Aprofundada apresenta uma nova vitalidade e uma nova atmosfera no desenvolvimento das indústrias, na integração da vida dos habitantes e na articulação de normas. O papel da Zona de Cooperação Aprofundada enquanto “importante plataforma para promover o desenvolvimento adequado e diversificado da economia de Macau” tem vindo a tornar-se cada vez mais proeminente. Para o efeito, o Governo Central implementou também várias políticas e medidas a favor de Macau, reflectindo plenamente que a mãe-pátria está sempre a apoiar fortemente Macau no seu processo de desenvolvimento.

O facto é que o Governo Central fez planos prospectivos para fazer pleno uso de Hengqin como um novo motor para o desenvolvimento de Macau, e implementou-os de forma ordenada, nomeadamente, desde a passagem fronteiriça durante 24 horas no Posto fronteiriço de Hengqin até ao modelo inovador de passagem fronteiriça “inspecção fronteiriça integral”; desde a entrada em Hengqin de veículos com matrícula de Macau até ao recente levantamento das respectivas quotas; desde a entrada em funcionamento do campus da Universidade de Macau em Hengqin até à conclusão, em breve, do “Novo bairro de Macau”; bem como a implementação das medidas e políticas de apoio em várias vertentes, tais como habitação, finanças, tributação, emprego, educação, assistência social e comodidade na passagem alfandegária, antes e depois da divulgação do "Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin". Tudo isto contribui para constituir uma base muito favorável para os residentes de Macau participarem na construção de Hengqin e da Zona de Cooperação Aprofundada como trampolim para a integração no desenvolvimento global do País. É de notar ainda que, depois dos líderes do Governo Central terem ouvido, no mês passado, um relatório sobre a situação económica actual de Macau e os respectivos trabalhos, o Vice-Primeiro-Ministro Han Zheng também deixou claro que “continuaremos a aumentar o nosso apoio político de acordo com o Projecto Geral, e a promover novos progressos na construção da Zona de Cooperação, para que tanto Guangdong como Macau possam continuar a melhorar o novo sistema, ao nível da discussão, construção, gestão e utilização em conjunto, e transformar a Zona de Cooperação de Hengqin numa nova plataforma para promover o desenvolvimento adequado e diversificado da economia de Macau e um novo espaço para facilitar a vida e o emprego dos residentes de Macau”. Isto é sem dúvida um “estímulo” para o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada.

A meu ver, o Governo deve colaborar e aproveitar, de forma mais activa, as políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento da zona de cooperação aprofundada, agarrar as oportunidades históricas e, através da implementação das acções governativas da RAEM e dos diversos planos detalhados para o desenvolvimento da referida zona, e sob a discussão,

a construção, a partilha e a gestão conjunta, acelerar a discussão dos trabalhos de articulação entre os governos dos dois locais, com vista a concluir a revisão de todos os regimes aplicáveis na zona de cooperação aprofundada e das leis locais, e a elevar o entusiasmo, a iniciativa e as garantias das pessoas e das empresas de Macau; deve ainda reforçar a divulgação das respectivas políticas e apoios, para que as pessoas e empresas de Macau possam melhor aproveitá-las, aumentando, assim, a sua confiança e esperança no desenvolvimento da zona em causa, e concretizando gradualmente a integração entre Hengqin e Macau, e a transformação da zona em causa numa nova plataforma para a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, o que pode facilitar também a vida e o emprego dos seus residentes.

Com a vitória do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, todos os sectores devem ter plena consciência do espírito do “20.º Congresso”, e nos futuros trabalhos, é necessário concretizar a política do “20.º Congresso” e os planos do Governo Central, e acelerar a integração de Macau no desenvolvimento nacional, com vista a trazer um novo impulso ao desenvolvimento económico, a criar novos elementos para o aumento do sentimento de felicidade da população e a abrir uma nova página para a implementação estável e duradoura do princípio “Um país, dois sistemas”.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 17.10.2022

Articulação entre o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada e o projecto “Novos Bairros de Macau”

A Zona de Cooperação Aprofundada foi estabelecida há um ano, e a construção de Hengqin acelerou-se significativamente. Segundo o Governo da RAEM, prevê-se que as obras da segunda fase do posto fronteiriço de Hengqin na “primeira linha” se concluam até ao final deste ano e que as infra-estruturas para a inspecção alfandegária das obras da segunda fase na “segunda linha” possam estar concluídas na mesma altura, estando reunidas as condições em termos de *hardware* para então encerrar o posto, em articulação imediata com a construção da plataforma do posto fronteiriço inteligente. A implementação nessa zona da política de “liberalização na primeira linha e controlo na segunda linha” pode promover a integração entre Hengqin e Macau, desempenhando um papel positivo na promoção do desenvolvimento económico da RAEM e na promoção das indústrias emergentes.

Há cada vez mais residentes de Macau a optar por viver, trabalhar e montar o seu negócio em Hengqin, e as empresas de Macau registadas na Zona de Cooperação Aprofundada também não são poucas. Mas os residentes também enfrentam diversos problemas nessa zona, a saber: obstáculos na passagem fronteiriça devido à instável situação da pandemia, inconveniência dos transportes entre as duas localidades, falta dos elementos complementares para o dia-a-dia, inexistência de uma articulação institucional eficaz nas matérias cível e comercial, etc. Ao nível das políticas, medidas, regimes e elementos complementares necessários ao dia-a-dia, a respectiva articulação carece de uma enorme margem de optimização. Segundo as previsões do Governo da RAEM, no que respeita ao projecto “Novos Bairros de Macau em Hengqin”, em finais deste ano, vai estar concluída a cobertura da superestrutura dos 27 prédios habitacionais e escolas. Mais, a venda das respectivas fracções habitacionais vai iniciar-se no próximo ano. É de acreditar que isto venha a contribuir para o aumento gradual da população de Hengqin e o desenvolvimento comercial e industrial. A sociedade está cheia de esperança, aguardando que o Governo da RAEM divulgue quanto antes as informações e detalhes sobre as respectivas fracções, como os requisitos da compra, procedimentos da venda, o preço e as restrições, a fim de, quanto antes, dá-los a conhecer ao público. Mas, se na Zona de Cooperação Aprofundada não for possível formar-se um ciclo de vida comunitária com funções aperfeiçoadas, será difícil atrair mais residentes com vontade de viver e de se desenvolver nessa zona, a que acresce o facto de a população da mesma ser insuficiente para sustentar o desenvolvimento económico e industrial.

Assim, para além de concretizar a interligação do *hardware* entre Hengqin e Macau, espero que o Governo possa reforçar a cooperação com os respectivos serviços do Interior da China, estudar e reforçar, de forma activa, a articulação aprofundada das áreas relacionadas com a sociedade e a vida da população, elevar o nível da educação, da saúde, e dos serviços e garantias sociais, aprofundar o estudo sobre as políticas fiscais, e articular os regimes de exercício de actividade e de prestação de serviços na referida zona, etc., a fim de concretizar o objectivo de “criar um ambiente propício para viver e trabalhar,

tendencialmente semelhante ao de Macau” referido no Projecto Geral da Zona Aprofundada, promover uma melhor e mais rápida integração dos nossos residentes em Hengqin, e atrair os mesmos a participarem no desenvolvimento desta zona, aproveitando melhor as vantagens das suas políticas e regimes. Ao mesmo tempo, espero que sejam aligeiradas as restrições à entrada das associações de serviços sociais de Macau na Zona Aprofundada, permitindo que os respectivos projectos sejam aí concretizados, e que sejam implementados mais apoios e medidas de incentivo para ajudar os assistentes sociais a integrarem-se nesta zona, desenvolvendo as vantagens das associações de Macau no contacto com a população, servindo-a, e promovendo a integração, etc. Por último, espero que ambas as partes possam acelerar as negociações sobre as políticas alfandegárias e estudar um modelo de “prevenção conjunta da epidemia”, para que ambas possam prevenir e combater a epidemia, e evitar que esta impeça a circulação normal de pessoas.

IAOD do Deputada Lei Cheng I em 17.10.2022

Optimizar os planos de formação e de estágio para apoiar o acesso ao emprego dos residentes e reforçar a criação duma equipa de talentos

Segundo os dados dos Serviços de Estatística, a taxa de desemprego dos residentes locais aumentou para 5,5%. O Governo lançou várias medidas e organizou o plano de formação subsidiada e as sessões de conjugação de emprego, porém, ainda precisa de reforçar o apoio ao acesso ao emprego dos residentes. Além disso, face ao desenvolvimento económico, Macau tem de aperfeiçoar o sistema educativo e de formação profissional, para ajudar os residentes a elevarem a sua competitividade e a reforçarem a equipa de talentos.

Muitos residentes afirmam que já fizeram o registo na DSAL, mas que não conseguiram nem conjugação profissional nem entrevista, e que a carta de apresentação enviada caiu em saco roto. Segundo alguns empregadores, os candidatos não são contratados por não reunirem os requisitos ao nível das competências técnicas ou da experiência profissional. Segundo as informações da DSAL junto do Conselho Consultivo de Serviços Comunitários, nos primeiros nove meses deste ano, foram entrevistadas 25 334 pessoas através de sessões de conjugação regulares, da plataforma *online* ou de sessões específicas de conjugação de emprego, e só 4899 tiveram sucesso, ou seja, a taxa de sucesso foi de apenas 20%. Há que melhorar, portanto, o Governo deve esforçar-se ainda mais para resolver o problema de desemprego estrutural.

1. Na procura de mais postos de trabalho adequados aos trabalhadores locais e na concretização da sua prioridade no acesso ao emprego, há que reforçar a fiscalização do processo de recrutamento, por exemplo, se as condições e requisitos de recrutamento, tais como salários e regalias, são razoáveis, e se existem falsos recrutamentos, a fim de evitar impactos na eficácia dos trabalhos de conjugação de emprego.

2. Segundo consta, muitos candidatos são recusados pelo empregador por falta de competências técnicas ou conhecimentos adequados, ou por falta de experiência profissional, e não tiveram oportunidades de entrevista, o que dificulta a conjugação de emprego. Para elevar a competitividade dos trabalhadores, o Governo deve, com base na formação subsidiada, concretizar a “formação+estágio” e reforçar o modelo de cooperação e formação entre a escola e a empresa, podendo as empresas oferecer estágios para os candidatos dominarem técnicas básicas, terem oportunidades de prática e acumularem experiência, favorecendo assim a formação de recursos humanos adequados às necessidades do sector.

3. Há que retomar o programa “formação remunerada em serviço”. Nos últimos anos, o Governo realizou os programas de formação remunerada em serviço dedicados à “manutenção de instalações” e aos “cozinheiros do sector hoteleiro e da restauração”, em que os trabalhadores puderam, simultaneamente, receber formação e trabalhar na empresa,

conseguindo-se promover o ingresso de novos trabalhadores e, ao mesmo tempo, reduzir as quotas de trabalhadores não residentes. Contudo, com o surgimento da pandemia, o Governo suspendeu o programa nos últimos dois anos. Até finais do ano passado, entre os cozinheiros e pessoal da área da manutenção de instalações, contratados directamente pelas seis empresas do jogo e suas empresas subordinadas, 2000 e 490 são não residentes, respectivamente, portanto, pelo visto, há ainda margem para promover a respectiva localização. Apelo às autoridades para retomarem, quanto antes, o programa “formação remunerada em serviço”, estendendo-o a outros tipos de trabalho que sejam adequados, tais como serviços hoteleiros, construção civil, serviços financeiros, tecnologias informáticas, etc., bem como às empresas com grande procura de recursos humanos, como as empresas do jogo, para aumentarem as quotas dos respectivos estagiários, a fim de se criarem mais canais de ingresso para os locais.

4. Aumento dos recursos para o melhoramento da formação profissional e para reforçar a formação de equipas diferenciadas de quadros qualificados. Recentemente, o Interior da China publicou as “Opiniões sobre o reforço da construção de uma equipa de quadros técnicos qualificados na nova era”, exigindo que as diferentes regiões melhorem o sistema de talentos e a sua formação, a fim de aumentar a escala de qualificação técnica de talentos e promover o desenvolvimento de alta qualidade. Embora tenham sido realizados em Macau diversos tipos de formação, não foi possível implementar, de forma sistemática, a estratégia de formação de grupos diferenciados de talentos para os diversos sectores. Solicito ao Governo que proceda a uma avaliação da procura de talentos nos diversos sectores, especialmente nos sectores em que o Governo está mais empenhado, para aprofundar o conteúdo dos cursos de formação e dos planos de elevação das competências profissionais, e incentivar os trabalhadores a obterem credenciação, etc. Através das políticas respectivas deve-se apoiar o aperfeiçoamento do sistema de formação de talentos, a promoção do nível e o desenvolvimento dos quadros locais, em preparação para o desenvolvimento dos sectores industriais.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 17.10.2022

Prestar atenção ao aumento das queixas sobre o sector imobiliário e exortar ao aperfeiçoamento das garantias do respectivo consumo

Comprar casa é importante e alguns compradores facilmente sofrem prejuízos por não terem experiência. Segundo a Análise sobre a situação das queixas tratadas pelas associações de consumidores no primeiro semestre de 2022, divulgada pela Associação de Consumidores da China, registou-se um aumento de 23% das queixas face ao período homólogo do ano anterior. Em Macau, este ano, o número das queixas sobre o sector imobiliário recebidas pelo Conselho de Consumidores registou um aumento notório, 170 queixas entre Janeiro e Junho, um aumento significativo superior a 2,5 vezes face ao período homólogo do ano passado, o que merece a nossa atenção.

Nos últimos anos, os pedidos de apoio às disputas na compra de imóveis recebidas pelo Gabinete dos Deputados da Federação das Associações dos Operários também aumentaram, e muitos deles respeitantes à compra de imóveis em Hengqin, e os restantes relativos à compra de imóveis em Macau e noutras cidades do Interior da China. As queixas incidem, principalmente, sobre o seguinte:

1. Publicidade enganosa, promessas de venda não cumpridas e não correspondência entre a realidade e o anunciado;
2. Insuficiência de capital por parte do promotor ou desvio de verbas obtidas na pré-venda, resultando na impossibilidade de entrega das fracções no prazo acordado, em problemas de qualidade da construção ou de obras de remodelação, e até na suspensão da construção;
3. O promotor ou os mediadores imobiliários não conseguem proceder à venda de imóveis de acordo com o processo e as exigências legais;
4. Aproveitamento de métodos como o acordo complementar ou especial para contornar o contrato e a fiscalização, e estabelecimento de cláusulas injustas que prejudicam os direitos e interesses dos consumidores.

Quanto à aquisição de habitação em Hengqin, muitos proprietários depararam-se com grandes dificuldades na reclamação dos seus direitos, e não conseguem resolver a questão mesmo recorrendo à via judicial. Esta situação não só deixa estes compradores cansados física e mentalmente, mas também tem certo impacto no desenvolvimento saudável do mercado imobiliário e da zona de cooperação aprofundada. Com os esforços do grupo especializado para tratamento dos conflitos relacionados com os projectos de construção de edifícios comerciais e de escritórios, foram alcançados alguns resultados, por exemplo, alguns promotores estão dispostos a devolver o montante recebido, a pagar indemnizações ou fornecer uma proposta de transacção, trabalhos que merecem o nosso reconhecimento. No entanto, como alguns projectos implicam factores complexos, como a falta de dinheiro dos promotores, a impossibilidade de chegar a uma transacção com os proprietários, ou o

incumprimento da solução apresentada, os proprietários sentem-se francamente impotentes e desamparados. Espero que os governos dos dois lados cooperem, continuem a acompanhar a situação e a procurar soluções, para salvaguardar os legítimos direitos e interesses dos proprietários.

Quanto à compra e venda de imóveis, embora já existam um regime de protecção dos direitos e interesses dos consumidores, que regula também a compra e venda ou a venda antecipada de imóveis, e uma lei que regula as actividades de mediação imobiliária, nestes últimos anos, têm-se registado muitas queixas sobre o sector imobiliário. E como a aplicação da lei envolve diferentes serviços públicos, é difícil os requerentes encontrarem os serviços adequados. O Governo vai realizar a venda em hasta pública de um terreno e, em seguida, vai haver novos edifícios e casos de compra e venda de fracções novas e em construção, pelo que exorto o Governo a desempenhar bem o seu papel fiscalizador, revendo o actual regime da venda de fracções em construção e reforçando a cooperação interdepartamental; a reforçar a fiscalização da venda e da venda antecipada de imóveis, bem como as regulamentações relativas aos deveres e às regras que os mediadores e promotores imobiliários devem cumprir durante a venda dos imóveis, especialmente no âmbito da gestão de fundos, das cláusulas contratuais, do conteúdo da publicidade e das informações divulgadas *in loco*; e ainda a reforçar o mecanismo de restrição ao crédito, com vista a proteger suficientemente os legítimos direitos e interesses dos consumidores.

Por último, apela-se aos residentes para terem em atenção que, para além de conhecerem a legislação e de confirmarem as informações básicas de certificação relativas à aquisição de imóveis, devem ainda ler atentamente todas as cláusulas do contrato, não confiarem nas promessas verbais e terem cuidado com as cláusulas acessórias. No que respeita à aquisição de habitação, os compromissos assumidos pelos promotores devem ser reduzidos a escrito, todos os contratos, recibos e registos de comunicação devem ser guardados, e a compra e venda deve respeitar as disposições legais, com vista a proteger plenamente os direitos e interesses dos compradores.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 17.10.2022

O 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China é bem-vindo e lidera um novo capítulo no desenvolvimento

Ontem, o 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China realizou-se com sucesso, sendo um congresso importante convocado no momento crucial para iniciar uma nova marcha para construir um país socialista moderno, e o país avançar para a meta de luta do segundo centenário. No congresso, foi apontado o plano de desenvolvimento futuro do país, clarificando as linhas de desenvolvimento, no qual se concretiza plenamente a orientação do Pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas para uma nova era, se desenvolvem as vantagens do sistema socialista com características chinesas sob a liderança do Partido Comunista da China, no empenho e na luta na construção de um país socialista modernizado e na promoção da grande revitalização da Nação Chinesa.

A realização do “20.º Congresso” não só exerce uma influência profunda no desenvolvimento dos diversos sectores do País, como também exerce uma influência positiva sobre o desenvolvimento contínuo das regiões de Hong Kong e de Macau, merecendo a atenção da sociedade.

Com o apoio da Pátria e sob a direcção do Governo Central, Macau tem vindo a prosseguir, de forma plena e correcta, o princípio “um País, dois Sistemas”, actuando em estrita conformidade com a Constituição e a Lei Básica, bem como a defender a ordem constitucional estabelecida. Nos últimos 23 anos, esse princípio tem sido aplicado com sucesso em Macau. A sociedade, a economia e o bem-estar da população têm tido um desenvolvimento notável, nomeadamente, temo-nos desenvolvido como um centro mundial de turismo e lazer, uma plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e uma base de intercâmbio e cooperação cultural centrada no princípio da cultura chinesa como dominante, e promovido a coexistência de diversas culturas. Os cidadãos vivem em paz, trabalham com alegria e a sociedade mantém-se próspera e estável. Ao mesmo tempo, o “amor pela Pátria e por Macau” recolhe consenso geral no seio da população local.

Por isso, devemos defender com firmeza as “duas determinações”, as “duas salvaguardas”, acompanhar o ritmo de desenvolvimento do “20.º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês”, trabalhar sem parar, e bem, na integração do pleno poder de administração do Governo Central com o alto grau de autonomia da RAE e implementar o princípio de “Macau governado por patriotas”. Só assim será possível conseguir frutos descritos como “pequenos, mas ricos”, “pequenos, mas fortes”, “pequenos e adequados” e “pequenos e bonitos”.

A economia e a vida da população saíram prejudicadas por causa da epidemia, mas, quanto mais difícil é a situação, maior será a confiança. Mais, Macau deve procurar com precisão a sua própria posição e saber bem as suas vantagens, aproveitar as oportunidades

na sequência do desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau para impulsionar a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, recorrer à negociação, à construção e à administração conjuntas e à partilha de resultados, de modo a elevar a sua própria competitividade, bem como acelerar o desenvolvimento das indústrias de convenções e exposições, medicina tradicional chinesa, serviços financeiros modernos e novas tecnologias, daí impulsionando o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e melhorando a qualidade de vida da população, abrindo uma nova página para o desenvolvimento sustentável de Macau.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 17.10.2022

Continuar a aliviar as dificuldades das pessoas e a promover a recuperação do mercado

O Governo divulgou, recentemente, o apoio do Governo Central à retoma da emissão de vistos electrónicos para Macau e à recuperação gradual da política de excursões turísticas do Interior da China a Macau, e as primeiras províncias e cidade autorizadas são Guangdong, Zhejiang, Jiangsu, Fujian e Xangai. Embora essas medidas ajudem a recuperação económica de Macau e, ao mesmo tempo, estimulem a confiança da sociedade para o futuro desenvolvimento, o ambiente de negócios e de emprego de Macau ainda não é optimista, situação que merece grande atenção.

De acordo com os dados revelados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), entre Junho e Agosto deste ano, a taxa de desemprego e a de subemprego dos residentes locais aumentaram para 5,5 e 17,9 por cento, respectivamente. Com vista a impulsionar o emprego destes, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), nos primeiros três trimestres do ano, realizou mais de 100 sessões de emparelhamento, mas é apenas um copo de água que dá uma ajuda limitada para a situação geral de emprego.

Mais, entre os desempregados, os que estão à procura do primeiro emprego aumentaram para 2000. É de salientar que, sob o impacto contínuo da epidemia, mesmo os indivíduos com habilitações literárias elevadas e com determinada experiência profissional enfrentam dificuldades de subemprego e até de desemprego, e nem vale a pena falar dos jovens recém-graduados e sem experiência de trabalho, pois a sua integração no mercado de trabalho é ainda mais difícil.

Como ainda é difícil prever quando a economia irá recuperar, há que, para além de adoptar, oportunamente, as medidas de apoio económico necessárias, prestar apoio aos desempregados para superar as suas dificuldades no acesso ao emprego, a fim de ajudar, verdadeiramente, os residentes a ultrapassarem as dificuldades. Para o efeito, gostaria de apresentar as minhas opiniões e sugestões nas três áreas seguintes:

1. Segundo a nova ronda das medidas de apoio económico, anunciada recentemente pelas autoridades, aos beneficiários da Terceira ronda do plano de benefícios de consumo por meio electrónico contra a epidemia é atribuída mais uma verba de subsídio de 8 mil patacas. Com a vigência dessa medida em 28 deste mês, creio que isto beneficiará o mercado e aliviará a pressão de subsistência dos residentes e das micro, pequenas e médias empresas. Mas muitos residentes estão a enfrentar a situação de desemprego e de redução de rendimentos há muito tempo. Proponho às autoridades que procedam, em tempo útil, à avaliação do grau da recuperação social de Macau, façam bom uso dos recursos financeiros públicos para prestar apoio adequado aos residentes, continuando a adoptar, no próximo ano, as medidas em prol da população, como o Plano de Participação

Pecuniária, a atribuição de subvenções, vales de saúde, a subvenção de água e electricidade, etc., de modo a resolver as dificuldades prementes dos residentes em geral.

2. A abertura das excursões a Macau de “uma cidade e quatro províncias” por parte do Governo Central vai contribuir para a recuperação do sector turístico e das actividades conexas, injectando novo dinamismo no mercado de Macau. Assim, sugiro ao Governo que aproveite esta oportunidade para, em conjugação com as diversas actividades e eventos festivos de grande envergadura que se realizam entre Novembro e o Ano Novo Lunar do próximo ano, e através da optimização dos roteiros turísticos, atrair os turistas a entrarem nos bairros comunitários para consumir, permitindo que todos os sectores partilhem dos resultados das políticas benéficas para a economia de Macau. Sugere-se ainda que o Governo continue a negociar com o Interior da China sobre medidas de facilitação da passagem fronteiriça, criando condições para promover a recuperação económica de Macau e, assim, aumentar a oferta de postos de trabalho no mercado e melhorar o ambiente de emprego.

3. Quanto à promoção do emprego dos jovens, o Governo implementou o “Plano de estágio 2022”, que disponibiliza aos jovens graduados um total de 1780 vagas de estágio em diversos sectores. Mas, no final, apenas 342 pessoas mostraram interesse em participar e foram todas admitidas por empresas, ou seja, os candidatos foram menos de 20 por cento, face às vagas disponíveis. Proponho ao Governo que aperfeiçoe e ajuste esse plano, tendo em conta os resultados obtidos, e, atendendo à situação social e aos dados relativos à contratação de trabalhadores não residentes pelas grandes empresas e à situação de desemprego, reserve postos de trabalho adequados para os residentes desempregados de Macau, para atenuar as dificuldades na procura de emprego.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 17.10.2022

Actualização das medidas e orientações preventivas para assegurar a vida normal da população

Depois do surto epidémico de 18 de Junho, as actividades sociais em Macau estão basicamente recuperadas. Isto deve-se à colaboração activa de toda a população, e também aos esforços do pessoal que participou no trabalho de combate à epidemia, em especial o pessoal da linha de frente. No entanto, a epidemia continua, especialmente em várias províncias e cidades da China Continental, pelo que Macau ainda não pode afrouxar. Assim, as autoridades devem aprender com as experiências do passado e, em conjugação com as informações mais recentes sobre a epidemia do resto do mundo e do Interior da China, actualizar as actuais medidas e orientações preventivas e divulgá-las ao público, podendo, por um lado, minimizar os impactos sobre os residentes e, ao mesmo tempo, preparar-se para eventuais surtos da epidemia.

Há dias, a Direcção Nacional de Prevenção e Controlo de Doenças solicitou a todo o país que acelerasse as investigações epidemiológicas com uma maior precisão, e que não simplificasse a prevenção e o controlo, mas que reduzisse o impacto na população. A Comissão Nacional de Saúde exige também que se reduza ao máximo o impacto da epidemia no desenvolvimento socioeconómico, e que não se sobrecarreguem os trabalhos de prevenção da epidemia. Assim, Macau tem de seguir as políticas nacionais, insistindo na estratégia geral de “prevenir casos importados e o ressurgimento da epidemia no território” e na política geral de “dinâmica zero”, mas um trabalho de prevenção mais rigoroso não significa melhor, devendo, consoante as necessidades reais, reduzir-se o formalismo, ajustando ou anulando atempadamente determinadas medidas que já não são eficazes. Por exemplo, quando não há nenhum caso em Macau, a execução e o tratamento do código de saúde e do código de percurso passa de uma mera formalidade, portanto, os resultados são duvidosos e, muitas vezes, isto traz inconveniências aos residentes. O Governo deve pensar sobre a situação da execução das respectivas medidas. Mais, o limite do número de pessoas em determinadas instalações públicas também não voltou ao normal, o que afecta muitas actividades comuns e económicas, portanto, o Governo deve fazer um ajustamento razoável.

Por outro lado, o trabalho quanto aos testes de ácido nucleico também precisa de ser optimizado. Após a epidemia de “18 de Junho”, as autoridades instalaram, através de uma entidade terceira, postos de testes de ácido nucleico em jardins e espaços abertos para facilitar a testagem aos residentes. Mas alguns desses postos ao ar livre ficam perto de instalações sociais e alguns encontram-se em zonas de lazer, reduzindo o espaço público. Com a estabilização da epidemia, a procura por testes de ácido nucleico diminuiu, por isso sugere-se às autoridades que procedam à revisão dos resultados dos actuais postos no exterior e que procurem locais adequados para a sua instalação no interior. Actualmente, nalgumas actividades organizadas pelo Governo de Macau exige-se aos participantes a apresentação do certificado de teste de ácido nucleico, o que causa muitos inconvenientes. Sugere-se a utilização do teste rápido de antigénio em vez do mesmo.

IAOD do Deputado Kou Kam Fai em 17.10.2022

Rever a Lei da segurança nacional para salvaguardar a prosperidade e a estabilidade de Macau

“Há que pensar e fazer a preparação com antecedência, para evitar impasses ou situações de desespero”. A segurança nacional é o pilar importante para a estabilidade do nosso País, e a base necessária para a prosperidade e a estabilidade contínuas da RAEM.

O Governo da RAEM está empenhado na revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado (a “Lei da segurança nacional”), a qual, em vigor há mais de dez anos desde a sua aprovação em 2009, contribui bastante para a paz e a estabilidade duradouras da sociedade local. Mas o nosso País já entrou numa nova fase de desenvolvimento e passou a ser uma grande potência com influência internacional, e a conjuntura internacional registou alterações profundas, portanto, a segurança e o desenvolvimento do nosso País tornam-se cada vez mais complexos, acompanhados de maiores riscos. Como Macau é uma parte integrante importante do nosso País, rever e aperfeiçoar a Lei da segurança nacional tem a sua necessidade e urgência.

Quanto à presente revisão da lei, acho que podemos conhecê-la a partir de dois aspectos:

1. Levantar a bandeira e a espada, para efeitos de prevenção. A presente revisão da “Lei da segurança nacional” reflecte plenamente a importância dada pelo Governo da RAEM aos assuntos de interesse nacional, o qual se atreve a levantar a bandeira e a espada, tomando a iniciativa de agir. A revisão da lei vai seguir o “conceito geral da segurança nacional” apresentado pelo Presidente Xi Jinping, tomando como referência as leis como a “Lei da segurança nacional” da República Popular da China, estabelecendo uma comparação com a Lei da segurança nacional da RAEHK aprovada pela Assembleia Popular Nacional e com as leis extraterritoriais, e depois vai ser realizada de acordo com a situação real de Macau.

A Lei da segurança nacional é a base, o pilar principal e a lei nuclear no âmbito do sistema jurídico da RAEM na defesa da segurança nacional. Segundo o documento da consulta pública da sua revisão, a orientação principal é aperfeiçoar os diplomas substantivos, definir os tipos de actos criminosos contra a segurança nacional, fixar as sanções penais, clarificar o significado de forças externas e aumentar os critérios de aplicação da lei e o conteúdo dos direitos processuais, etc. Tudo isto pode assegurar a precisão na execução da lei, na acusação e na garantia dos direitos e interesses, bem como dissuadir os mal-intencionados e proteger os direitos e interesses legítimos dos residentes que amam a Pátria e Macau.

2. A educação é importante para promover a segurança nacional. A RAEM organiza anualmente a “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional” desde 2018. No futuro, convém continuar a realizar bem a respectiva sensibilização e educação com base nos trabalhos já feitos. As instituições de ensino infantil, primário, secundário e

universitário devem elaborar métodos de sensibilização e educação adequados às diferentes fases de ensino, para a revisão da lei poder desempenhar melhor o seu papel preventivo; segundo, convém combinar a segurança nacional com o ensino da história, para, de forma abrangente e sistemática, ajudar os alunos a criarem um conceito correcto de Estado, e a compreenderem profundamente, através de casos históricos, a importância e a necessidade da defesa da segurança nacional.

A cultura tradicional chinesa tem o conceito de “se preocupar primeiro com os problemas do mundo para depois se alegrar com o mundo”, tomando o bem-estar do país e do povo como a consideração mais importante. Esta alteração da lei é muito clara, e o ponto mais importante é proteger a segurança nacional. A elaboração e a revisão das leis relativas à defesa da segurança nacional são também uma prática verificada em todo o mundo, porque todos nós sabemos que é preciso ter segurança nacional para se poder viver e trabalhar feliz. Assim, é o tempo oportuno para a RAEM alterar a “Lei da segurança nacional”, neste “momento de grandes mudanças sem precedentes dos últimos 100 anos”.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 17.10.2022

Reforçar e expandir as fontes de turistas e promover a recuperação económica

O desenvolvimento do turismo é importante para a recuperação económica de Macau. Com a estabilidade da epidemia e com o carinho do Governo Central e o forte apoio do Governo da RAEM, as quatro províncias e uma cidade do Interior da China vão retomar, no final deste mês e no início do próximo, a emissão de vistos electrónicos e de excursões. Trata-se de uma medida importante do Governo Central e do Governo da RAEM para dinamizar a economia de Macau, garantir o emprego e melhorar a vida da população, injectando vivacidade, sem dúvida, na sociedade de Macau, e aumentando a confiança do sector do turismo e das indústrias conexas.

Macau está empenhada na construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, e já há vários anos que vem desenvolvendo produtos turísticos ricos. No entanto, à medida que os turistas mudam as suas preferências e procuram produtos turísticos de qualidade, há que prestar serviços de melhor qualidade aos turistas, mas devemos também explorar, de forma contínua, produtos turísticos inovadores e com características próprias, e criar, ao mesmo tempo, zonas turísticas douradas e vias turísticas bidireccionais entre Hengqin e Macau, adaptando-nos à tendência de turismo semi-individual, em grupos pequenos, turismo requintado e customização, para satisfazer as necessidades dos diferentes turistas, expandir activamente as fontes de turistas, melhorar o *hardware* e as vantagens do *software* turístico de Macau, de forma a atrair mais turistas.

Sob a orientação e apoio do Governo, a indústria turística está a reforçar a promoção de Macau, *online* e *offline*, em quatro províncias e cidades, para demonstrar a diversidade da cidade, as suas características tradicionais e inovar os produtos turísticos de qualidade; e através do Concurso de Fogo-de-Artifício de Macau, do Grande Prémio de Macau, do Festival de Gastronomia, da Feira Cultural e Criativa, de eventos desportivos e de exposições temáticas, está a atrair os turistas para visitas aos bairros comunitários e a promover a economia comunitária.

Espera-se que, através da orientação do Governo, da cooperação do sector e do apoio da sociedade, sejam criadas mais condições favoráveis para elevar a competitividade e a atractividade do turismo de Macau, garantir a segurança na prevenção da epidemia, reforçar ainda mais o aumento das fontes de clientes, acelerar a recuperação do turismo e apoiar o desenvolvimento económico.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 17.10.2022

Propor o aumento das receitas financeiras a curto, médio e longo prazo e adoptar medidas diversificadas para apoiar a economia, baixando a taxa de desemprego

Ao entrar no final do ano, pode-se dizer que Macau está dividido, metade de alegrias e metade de preocupações. Os feriados do Dia Nacional trouxeram uma chuva de primavera para Macau e, com os esforços do Governo e da Secretaria para a Economia e Finanças, conseguiu-se recuperar, em Novembro, os vistos individuais e de excursões de um município e de quatro províncias. Os diversos serviços públicos prepararam e planearam cuidadosamente muitos eventos, e com o apoio do Conselho de Estado, foi gradualmente alargado o número de vistos para Macau. Isto significou um forte apoio a Macau, e todas essas boas notícias tornaram-se num estímulo para o mercado.

No entanto, face à instabilidade da conjuntura económica externa mundial e à subida dos preços a nível mundial, a recuperação económica de Macau e a manutenção da elevada taxa de desemprego são questões prementes, e também não se pode negligenciar o declínio das receitas financeiras, o declínio do PIB, o aumento do rácio dos empréstimos em dívida, etc., que podem causar riscos financeiros sistémicos. Apelo mais uma vez ao Governo para não negligenciar a situação e para estar preparado para o futuro, tendo em conta a conjuntura.

Nos últimos dias, o Governo divulgou vários projectos de infra-estruturas de grande envergadura, mostrando à sociedade um grande plano de desenvolvimento no futuro. No entanto, face à contínua redução das receitas financeiras e ao aumento contínuo das despesas públicas, o público não pode deixar de perguntar: "De onde vem o dinheiro?" E como é que o Governo vai enfrentar as futuras despesas de infra-estruturas, que vão ser grandes, sem alterar as diversas políticas de bem-estar da população? Assim, apelo mais uma vez ao Governo para adoptar várias medidas de melhoria da economia e definir medidas de curto, médio e longo prazo. Apresento então as seguintes sugestões:

1. Com a normalização da prevenção e do controlo da epidemia, deve ser destacado mais pessoal local para os trabalhos de prevenção, a fim de se manter Macau como cidade turística segura e de se criar mais postos de trabalho.

2. Promover o desenvolvimento orientado para o mercado do ensino superior, construir uma cidade universitária para introduzir água viva, ou seja, aumentar a taxa de admissões para reduzir a pressão financeira do governo e, com isso, aumentar os benefícios económicos para promover o futuro desenvolvimento de Macau e Hengqin.

3. Apoiar e reforçar o desenvolvimento do comércio electrónico transfronteiriço e lançar mais medidas para incentivar a participação de mais empresas, por exemplo, conceder subsídios para as despesas de declaração aduaneira, de armazenamento e logística, de plataformas de comércio electrónico e de pagamento electrónico, a fim de formar mais talentos na área do comércio electrónico, e com isso aumentar postos de trabalho e promover a diversificação industrial.

4. Estudar a implementação de políticas para atrair investimento estrangeiro, estudar a abertura da imigração por investimento, rever e ajustar oportunamente as políticas do sector imobiliário, com vista a estabilizar o desenvolvimento saudável do mercado.

5. Aproveitar bem os recursos de terrenos para atrair investimentos, por exemplo, introduzir empresas de qualidade do exterior e do interior da China, nomeadamente da área da protecção ambiental, conservação energética e reciclagem de energia, a fim de aumentar postos de trabalho e apoiar o desenvolvimento das empresas locais da indústria verde.

6. Explorar novas fontes de receitas e poupar recursos para estabilizar as receitas financeiras, rever de forma contínua as receitas e despesas financeiras e prestar atenção à vida e ao bem-estar da população.

No mês passado, o Vice-Primeiro Ministro do Conselho de Estado e Chefe do Grupo de Líderes para os Trabalhos de Hong Kong e Macau do Governo Central, Han Zheng, afirmou que o País, além de apoiar a construção de infra-estruturas de Macau, presta ainda grande atenção ao nosso desenvolvimento, nomeadamente à diversificação adequada da economia. Assim, o Governo da RAEM deve continuar a dar prioridade ao apoio ao desenvolvimento e à sobrevivência das empresas, à promoção da diversificação da economia, ao aumento das receitas financeiras da RAEM e à redução da taxa de desemprego. Pois é só assim é que é possível fornecer força motriz e base para o desenvolvimento sustentável do Governo da RAEM no futuro.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 17.10.2022

Acelerar a integração no desenvolvimento nacional e promover a implementação estável do princípio “Um País, Dois Sistemas”

Quando a situação no nosso País é boa, a de Macau também é. Como todos sabem, a realização, sem sobressaltos, do 20.º Congresso Nacional do PCC, ontem, simboliza o início de uma nova era para o País. Nesse Congresso foram propostas novas mentalidades, estratégias e medidas, que se traduzem em instrumentos orientadores para a plena construção de um país socialista moderno e para se avançar com a concretização dos objectivos do 2.º centenário. O 20.º Congresso Nacional do PCC contribuiu para a definição de um grande plano, de objectivos de trabalho e de planos estratégicos.

O País tem sido, desde sempre, o forte suporte de Macau. No mês passado, Han Zheng, membro do Comité Permanente do Politburo do Partido Comunista Chinês, vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado, e chefe do Grupo de Liderança Central dos Assuntos de Hong Kong e Macau, afirmou que o Governo Central vai dar todo o apoio à construção de infra-estruturas, a projectos relacionados com o bem-estar da população, e à diversificação adequada da economia, para atender às solicitações dos compatriotas de Macau. O que Macau pode fazer para retribuir é servir o País através das suas vantagens, nomeadamente, através do reforço da cooperação Guangdong-Macau, para alcançar progressos na construção da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, mediante o modelo de negociação, construção e administração conjuntas e a partilha de resultados. Só através duma melhor integração no desenvolvimento nacional é que Macau pode acelerar a retoma económica e manter a prosperidade e a estabilidade.

Com a inauguração da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin há um ano, as indústrias, a integração da vida das pessoas e a articulação entre regimes, etc. estão a caminhar rumo ao desenvolvimento aprofundado, e o ambiente de negócios está a melhorar, portanto, esta Zona passa gradualmente a ser uma nova plataforma para promover a diversificação adequada da economia de Macau. No futuro, com mais facilidades na passagem transfronteiriça, o lançamento acelerado de políticas de apoio às indústrias e a promoção de regalias sociais semelhantes às de Macau, a Zona de Cooperação Aprofundada vai atrair mais pessoas de Macau e a integração das duas regiões vai ser mais estreita, promovendo-se de forma estável o desenvolvimento integrado de Hengqin e Macau.

Há que fazer bem o desenvolvimento e a abertura de Hengqin e transformar a zona de cooperação aprofundada num novo local para promover a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Com a aceleração da integração de Macau no desenvolvimento nacional, as actividades de intercâmbio e cooperação estão cada vez mais aprofundadas, e a consciência nacional e o patriotismo dos cidadãos estão cada vez mais reforçados, e tudo isto contribui para promover a implementação do princípio “um País, dois sistemas”. O nosso País encontra-se no processo histórico de grande revitalização da nação chinesa, as forças do amor à Pátria e do amor a Macau estão continuamente a desenvolver-se e a crescer, e cada vez mais jovens de Macau vão estudar, trabalhar, criar

negócios e comprar casa no Interior da China.

Os valores nucleares do amor à Pátria e a Macau ocupam uma posição predominante na sociedade. O princípio “Macau governado pelas suas gentes” tem sido implementado com eficácia, e o princípio “Um país, dois sistemas” também consegue progredir em Macau. Para assegurar a prosperidade e a estabilidade a longo prazo de Macau, é necessário continuar a promover a educação do amor pela Pátria e por Macau entre os jovens e a formá-los para garantir sucessores para a causa “Um país, dois sistemas”, pois só assim é que será possível continuar a escrever novos capítulos sobre o sucesso na implementação de “Um país, dois sistemas” com características de Macau.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 17.10.2022

Fazer bem o planeamento de investigação da zona da cooperação aprofundada e apoiar a formação diversificada dos estudantes

Sob a influência do surto epidémico, a passagem fronteiriça entre os dois territórios foi interrompida e foi impedida a satisfação das necessidades de aprendizagem e intercâmbio entre professores e alunos do ensino não superior entre os dois lados da fronteira. Mais, as actividades pedagógicas no exterior também passaram por uma fase de estagnação que durou quase três anos, o que dificulta o enriquecimento das matérias pedagógicas dos alunos e a promoção do desenvolvimento da educação local. Os jovens vão ser no futuro os responsáveis pela missão de desenvolvimento, e vão ser também participantes na construção da Grande Baía. Na minha opinião, é possível aproveitar as oportunidades do desenvolvimento da zona de cooperação aprofundada para disponibilizar, de forma regular, ao ensino básico de Macau, instalações, sobretudo de investigação e de estudo, que permitam aos pais, professores e alunos conhecerem, através do estudo, o ponto fulcral do desenvolvimento do país e as respectivas oportunidades, bem como promover, em conjunto, a construção da Grande Baía e da Zona de Cooperação aprofundada.

Na sequência da divulgação pelo Governo Central do “Plano Geral de Construção da Zona de Cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin” e do 1.º aniversário do estabelecimento do órgão de gestão da referida zona, as diversas infra-estruturas e políticas de apoio têm vindo a sofrer melhorias constantes. A zona de cooperação aprofundada possui excelentes recursos de investigação e constitui uma plataforma rica de intercâmbio para professores e estudantes, e ao mesmo tempo, a Ilha de Hengqin possui uma grande variedade de recursos naturais, recursos relacionados com a indústria de alta tecnologia e recursos para a educação para o amor à Pátria e a Macau. Além disso, o Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado afirmou, há dias, que ia apoiar activamente a indústria turística de Macau e o desenvolvimento da região, por isso, acredita-se que, no futuro, haverá mais espaço para rompimento da política de passagem das fronteiras. Assim, o Governo deve proceder, quanto antes, a um bom estudo e planeamento, no sentido de promover a comunicação e as visitas de estudo entre os serviços públicos e as equipas de educação dos dois lados da fronteira, criando, assim, um desenvolvimento de produtos de investigação que corresponda às necessidades dos alunos de Macau, transformando a referida zona numa nova base para a educação e o intercâmbio para amar a China e conhecer o desenvolvimento do país.

A fim de melhorar os recursos educativos locais e de promover a cooperação e o intercâmbio entre as duas localidades, bem como concretizar o desenvolvimento a longo prazo da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada, apresento as seguintes quatro sugestões:

1. Aperfeiçoar o planeamento e construir uma base de educação para o patriotismo de Macau e Hengqin.

A Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin possui vantagens ao nível dos recursos ambientais e condições geográficas, assim, tem todas as condições para promover a sensibilização sobre a situação do país junto dos estudantes. Sugere-se ao Governo que dialogue com as autoridades do Interior da China para lançarem mais políticas de apoio para os bairros comunitários de Macau e as escolas organizarem visitas à referida zona, a fim de aproveitar bem os recursos e condições de Hengqin, quer *software* quer *hardware*, para que estes sejam complementados pela base de Macau no tocante à educação para o patriotismo, com o objectivo de criar uma nova base em que os estudantes de Macau possam conhecer a situação do país e receber a educação para o patriotismo.

2. Alargar o âmbito do programa de visitas de estudo

Em Junho deste ano, o Governo da RAEM lançou “Passeios, gastronomia e estadia para residentes de Macau - Roteiros para visitas de estudo”, exclusivamente dedicados aos estudantes, e proporcionou 22 roteiros, os quais colmatam, de certa forma, as necessidades dos estudantes no tocante à aprendizagem fora da escola. Sugere-se às autoridades que estudem a viabilidade de prolongar e estender à Zona de Cooperação Aprofundada os roteiros para visitas de estudo, destinados aos diversos níveis de ensino, ajudando, por exemplo, as escolas primárias e secundárias a organizarem viagens de graduação ou, no caso das creches, viagens familiares em Hengqin, com vista a disponibilizar uma aprendizagem completa e ininterrupta nas diversas etapas de educação.

3. Partilha de recursos para construir em conjunto uma plataforma de intercâmbio de estudantes das duas regiões.

A Zona Aprofundada, enquanto nova zona de desenvolvimento de negociação conjunta, construção conjunta, administração conjunta, e compartilha conjunta de resultados entre Guangdong e Macau, através dos esforços das duas partes, pode organizar em conjunto diversos tipos de intercâmbios, actividades académicas e desportivas, aproveitando a localização geográfica e os recursos da Zona Aprofundada, construir uma plataforma de intercâmbio entre os estudantes das duas regiões, permitindo que os estudantes de Macau aprofundem o sentido de reconhecimento e de pertença em relação ao desenvolvimento nacional, e contribuindo para promover o intercâmbio interactivo e a elevação do nível dos estudantes das duas regiões.

4. Divulgação de informações para aumentar o conhecimento e a compreensão da equipa educativa

Para além das informações *online* e dos vídeos promocionais, a fim de melhorar os conhecimentos dos docentes e trabalhadores das escolas locais sobre a Zona Aprofundada, e de passar aos alunos conhecimentos sobre a Zona Aprofundada, as oportunidades de

(Tradução)

desenvolvimento e as respectivas políticas da Grande Baía, sugiro que se reforcem os trabalhos de divulgação e esclarecimento das políticas destinadas aos referidos trabalhadores, se organizem visitas de estudo, para os alunos ficarem a conhecer o desenvolvimento da região e as futuras oportunidades, e se apoie os jovens de Macau na promoção da sua participação activa e na construção da Zona Aprofundada e até ainda no desenvolvimento da Grande Baía.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 17.10.2022

Promover ainda mais a integração na Zona de cooperação aprofundada

A Zona de Cooperação Aprofundada entrou em funcionamento há um ano. Com o forte apoio do Governo Central, a construção desta Zona alcançou resultados notáveis; e, face ao intenso andamento dos trabalhos, a posição estratégica e a velocidade do desenvolvimento de Hengqin continuam a elevar-se. Neste ano, a Zona de Cooperação atreveu-se a ser pioneira, inovando os sistemas e mecanismos, e estabelecendo passo a passo as suas vantagens, através da libertação de dividendos das políticas.

Após o lançamento do respectivo “Projecto Geral”, foram apresentadas estratégias inovadoras, por exemplo, “gestão separada”, dupla redução e isenção de imposto sobre o rendimento empresarial e pessoal, benefícios fiscais para residentes, isenção do imposto aduaneiro de importação para mercadorias com um aumento de 30 por cento em resultado do processamento na Zona, ao entrarem no Interior da China, estudo sobre uma via verde de ligação da rede fixa à Internet ao nível internacional, elaboração de uma lista de acesso ao mercado da Zona, etc. A carga fiscal dos residentes de Macau em Hengqin diminuiu 70 por cento, aproximando-se da de Macau; o efeito de concentração do desenvolvimento das quatro indústrias está a tornar-se cada vez mais evidente, impulsionando as empresas a estabelecerem-se em Macau, o que bateu o recorde de 5000, e mais de mil profissionais de Macau obtiveram a qualificação profissional transfronteiriça, etc. Quanto à vida da população, foram lançadas as medidas de “inspecção fronteiriça integral Macau-Hengqin” e a circulação de veículos com uma só matrícula, e a passagem transfronteiriça de veículos atingiu cerca de um milhão. O projecto “Novos Bairros de Macau” em Hengqin, uma obra ligada à vida da população com integração dos serviços de Macau, conseguiu responder às necessidades diversificadas das empresas de Macau e das suas gentes na Zona. Os elementos de Macau estão cada vez mais ricos e as características dos serviços, cada vez mais visíveis. Os caminhos da diversificação económica ficaram mais claros, transformando-se numa nova plataforma para a diversificação adequada da economia de Macau.

Quanto às novas oportunidades de desenvolvimento, o Chefe do Executivo apresentou quatro desejos para promover ainda mais o aprofundamento da cooperação entre Macau e Hengqin. Mas, apesar do aumento do número de empresas de Macau nesta ilha, estas representam apenas 10 por cento do número total de empresas. O ritmo de crescimento dos recursos humanos é lento, e as medidas relacionadas com a vida da população têm de ser aperfeiçoadas o mais breve possível. Só assim será possível promover a entrada de quadros qualificados e de empresas na Zona de cooperação, destacando as características de Macau e promovendo o desenvolvimento diversificado da economia local.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Segundo o Governo, a venda das fracções do projecto “Novos Moradores de Macau” está prevista para o próximo ano. Sendo um projecto importante para o desenvolvimento de Macau, o Governo deve dar-lhe a máxima atenção, pois as instalações relacionadas com a vida da população são condições importantes para atrair talentos. O Governo deve divulgar, quanto antes, os pormenores sobre as formas de aquisição, como o preço de venda e os respectivos indicadores e condições.

2. A Zona de Cooperação Aprofundada, enquanto plataforma importante para servir Macau, deve ser compatível com o sistema de Macau tanto ao nível jurídico como institucional. O Governo da RAEM instalou alguns serviços públicos na zona, com vista a facilitar a vida aos residentes no tratamento de assuntos, mas o modelo social de Macau baseia-se em associações. Assim, deve-se promover a integração das associações, através de leis e regulamentos, para que possam ajudar a promover e a facilitar a vida e o emprego dos residentes de Macau na Zona de Cooperação.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 17.10.2022

Aliviar as preocupações da população com uma atitude inclusiva; seguir o fluxo para organizar bem o Grande Prémio

O Grande Prémio de Macau é uma marca desportiva icónica de renome internacional, e segundo o programa, vai ser realizado no próximo mês, o que significa que a prevenção epidémica em Macau é eficaz. Com o apoio do Governo Central nas políticas, o Chefe do Executivo tem unido os sectores sociais e empregado esforços para procurar, de forma estável, progresso nos trabalhos do Governo. E o Grande Prémio é uma demonstração disto.

O Grande Prémio é um evento indispensável para consolidar e aprofundar a transformação de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer. Do ponto de vista racional, as opções a longo prazo não são realizar ou não este evento, mas sim como reunir os saberes de todos para superar as dificuldades, a fim de melhorar cada vez mais a organização das competições, e corresponder cada vez mais às expectativas da sociedade e aos interesses gerais de Macau.

Tendo em conta o futuro desenvolvimento, apresento as duas sugestões seguintes:

1. Dar atenção às opiniões dos residentes e sublinhar os interesses de desenvolvimento

“Há que dominar a situação real para que as acções governativas correspondam à vontade do povo”. O circuito de Macau é reconhecido mundialmente como o circuito com mais desafios, e tem a mesma fama do Circuito do Monte Carlo, no Mónaco. Como a realização das corridas exige vedação de vias, a sociedade pensa logo nos inconvenientes das deslocações sempre que a mesma tem lugar, passando a ser um nó do coração dos residentes. Francamente, é impossível resolver, por completo, o problema, mas isto não deve ser o foco do evento. Na realidade, as autoridades têm diligenciado no sentido de elevar a qualidade das corridas, explorar fontes de clientes e melhorar os arranjos do trânsito, para reduzir, ao mínimo, o impacto, e os resultados conseguidos merecem elogios.

O Circuito da Guia é o único do mundo onde são realizadas em simultâneo as corridas de carros de turismo e de motociclos, e o seu papel é inabalável, portanto, a sociedade não deve considerar o Grande Prémio como apenas uma modalidade desportiva, mas sim, como o motor eficaz para desenvolver o turismo cultural, o jogo e o entretenimento; se o mesmo, em conjunto com as actividades comerciais e económicas, constituir um mecanismo de sinergia, vai trazer para Macau benefícios quer tangíveis quer intangíveis. Assim, se as autoridades conseguirem mostrar aos residentes os interesses do evento e dissipar as suas preocupações com fundamentos, vão conseguir mais reconhecimento e apoio da sociedade.

2. Incentivar as associações a apoiar a divulgação e aproveitar o circuito para promover o desporto para todos

No início deste mês, uma associação organizou a “Actividade de Criação Artística Temática do Grande Prémio”, e os participantes fizeram criações artísticas no Kartódromo de Coloane e no Museu do Grande Prémio, e, no próximo mês, será realizada uma exposição de arte, para mostrar a cultura do Grande Prémio. Os outros sectores e associações também podem organizar actividades semelhantes, para tornar a marca mais atractiva.

Este grande evento anual também deve fornecer uma forma de participação à população, para lhe deixar uma sensação de protagonista. Por exemplo, no passado, foi organizada uma corrida alegre no circuito do Grande Prémio, que trouxe uma experiência de vida diferente à população e foi muito bem acolhida. Nos últimos anos, as corridas tornaram-se uma moda, e houve participantes de faixas etárias e classes sociais diferentes, por isso, trata-se de uma actividade bastante popular. No futuro, durante o Grande Prémio, será que haverá condições para a organização de uma corrida alegre no circuito? Ou esta corrida pode ser realizada regularmente, tal como o Grande Prémio? Desta forma permite-se a participação da população no evento do Grande Prémio, o que só tem vantagens.

Se esta corrida alegre passasse a ser uma competição internacional, poderíamos ter mais um grande evento anual. No circuito da Guia, há muitos locais e atracções que contêm história e cultura, tanto chinesa como estrangeira, que testemunham as vicissitudes da cidade e são famosos no mundo inteiro. Esta corrida pode unir a alegria e contribuir para se chegar a um consenso, para elevar o Grande Prémio de Macau a um novo patamar.

“A dificuldade de um assunto não reside na sua pequenez, mas no *timing*.” Acredito que a entidade organizadora vai avaliar a situação e fazer algo que corresponda melhor às condições reais e aos interesses do desenvolvimento de Macau.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 17.10.2022

Confinamento de zonas sem encerramento das fronteiras durante a epidemia e aperfeiçoamento das medidas de apoio

Nos três anos da epidemia, Guangdong e Macau criaram um mecanismo eficaz de prevenção e controlo conjunto, mantendo uma política de prevenção epidémica relativamente unânime e persistindo na implementação do conceito “cidadãos e vida em primeiro lugar” e na concretização da política “precisão científica, eliminação dinâmica da infecção”. Assim, segundo algumas opiniões da sociedade, com base nisto, Guangdong e Macau podem estudar a viabilidade de “confinamento de zonas sem encerramento das fronteiras”.

Nos últimos anos, alguns residentes têm-me feito chegar as suas opiniões, referindo que não podem deixar de ter contactos diários com o Interior da China no âmbito de trabalho, aprendizagem, vida na velhice, comércio, etc.; que, com o aceleração da integração de Macau na Grande Baía e o grande desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada, a circulação de pessoas é indispensável; e que o encerramento mais uma vez das fronteiras vai afectar a subsistência e o modo de vida de uma grande parte dos cidadãos. Esperam que os governos da RAEM e do Interior da China reforcem a articulação entre os critérios de monitorização e os regimes de acompanhamento, e a comunicação, e aperfeiçoem o “mecanismo de prevenção e controlo conjunto” e as medidas de “prevenção e controlo com precisão”. No surgimento de casos em Macau, deve-se permitir a passagem fronteiriça das pessoas que não estão nas zonas de prevenção e controlo, desde que satisfaçam as condições de prevenção da epidemia.

No mês passado, o Governo afirmou que ia ser recuperada a emissão de vistos individuais para turistas e retomadas as viagens em grupo da China. Primeiro, vai-se recuperar os turistas da província de Guangdong e das quatro cidades que são Zhejiang, Jiangsu, Fujian e Xangai. Tudo isso é uma boa notícia para Macau e é, desde 2020, um grande avanço na sua política turística, porque vai contribuir para a recuperação do sector turístico e da economia. As políticas de prevenção da epidemia acarretam limitações, por isso, segundo muitas pequenas e médias empresas, mesmo que o mercado na “semana dourada” tenha apresentado sinais de melhoria, certo é que vão continuar com uma atitude cuidadosa, porque estão preocupadas com o surgimento repentino de uma nova vaga epidémica, que poderá levar novamente ao bloqueio da fronteira, prejudicando os planos de exploração de negócio já definidos e o estado do negócio ligeiramente recuperado, caindo assim num novo abismo. Assim, as micro, pequenas e médias empresas esperam que os dois lados da fronteira possam reforçar as negociações e, em caso de ocorrência de um surto, possam tomar como referência o modelo de controlo de doenças transmissíveis em Zhuhai, para adoptar a política de prevenção da epidemia assente no “confinamento das zonas em causa”, em vez de fechar os postos fronteiriços.

Mais, para ajudar os residentes a ultrapassarem a epidemia, as autoridades lançaram recentemente o Plano de subsídio de vida, uma política que merece o nosso

reconhecimento. Muitos idosos disseram-me que as referidas 8000 patacas só serão injectadas depois de utilizadas as verbas do “desconto” da terceira ronda dos benefícios de consumo, mas, na sua maioria, eles não têm rendimentos, por isso têm que poupar no seu consumo e dificilmente conseguem utilizar por completo as verbas do “desconto”. Na minha opinião, a ideia de o Governo recorrer a uma alavancagem para impulsionar o consumo social surtiu efeitos positivos, mas alguns idosos têm fraca capacidade económica, pelo que espero que as autoridades possam ter em consideração a sua situação, permitindo que os idosos com mais de 60 anos não tenham de utilizar por completo a terceira ronda dos benefícios de consumo para poderem usufruir do Plano de subsídio de vida no valor de 8000 patacas, prolongando ainda o prazo de utilização deste plano para 30 de Junho de 2023, a fim de aliviar a pressão económica dos idosos.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 17.10.2022

Optimizar a lei relativa à gestão das lojas de habitação pública devido à falta de flexibilidade. Criar mercados tradicionais nas novas zonas urbanas, para aumentar as opções dos residentes na aquisição de produtos alimentares.

Há dias, o Governo divulgou o Projecto do Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Este-2: na Zona A dos Novos Aterros há apenas 3 terrenos para fins comerciais, e vão ser aproveitados a rua comercial subterrânea do metro ligeiro e os pódios de habitação pública para o desenvolvimento comercial do bairro comunitário, com vista a apoiar o desenvolvimento das PME. Isto significa que os espaços comerciais da Zona A serão principalmente as lojas dos referidos pódios.

Actualmente, o concurso público, a renda e a gestão das lojas comerciais de habitação social são regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 28/92/M; e segundo o artigo 58.º da Lei da habitação económica, as lojas comerciais de habitação económica também são reguladas pelo mesmo Decreto. No entanto, este Decreto-lei já entrou em vigor há mais de 30 anos, e falta regulamentação baseada na situação do mercado e do conceito de gestão comercial, portanto, o número de lojas planeado e a eficiência da sua gestão não conseguem, de modo algum, satisfazer as necessidades dos residentes daquela zona. Segundo o Decreto-lei, a actualização das rendas está directamente indexada à inflação, assim sendo, mesmo que as lojas de habitação pública se deparem com dificuldades de negócio, devido ao reduzido número de moradores, as rendas têm de ser aumentadas de acordo com a inflação. Falta então flexibilidade, que torna difícil a exploração por parte dos lojistas.

Por exemplo, nas habitações públicas do Bairro da Ilha Verde, com cerca de 9 mil moradores, existem muitas instalações sociais, mas só há 2 supermercados, um grande e um pequeno, alguns cafés, *snack bars* e farmácias, assim, muitos moradores precisam de deslocar-se a pé aos bairros comunitários à sua volta para resolver necessidades diárias. Nas habitações públicas de Seac Pai Van com mais de 18 mil moradores, estão instaladas mais de 50 lojas destinadas a estabelecimentos de restauração, supermercados, lojas de ferragens, farmácias e clínicas, mas como muitas estão desocupadas, os moradores precisam igualmente de ir a outros bairros para resolver as necessidades diárias.

No caso do Edifício Ip Heng, no início da sua ocupação, o Governo só procedeu ao arrendamento de 15 lojas, em 2013 e 2015, e só em 2017 e 2018 é que colocou em arrendamento as restantes 29. Estes exemplos demonstram a gestão inflexível das lojas comerciais das habitações públicas, e que o número, a área, o arrendamento e a gestão das mesmas não conseguem responder às necessidades dos residentes, o que resulta no desperdício do espaço comercial e do seu valor.

Se o Governo continuar a adoptar o mecanismo existente para gerir as lojas das habitações públicas na Zona A, os referidos problemas só vão repetir-se. Assim, o Governo deve reponderar o planeamento, o arredamento e a gestão das instalações comerciais da Zona A, em articulação com o espaço comercial subterrâneo no Metro

Ligeiro, devendo ainda alterar, quanto antes, as leis, e estudar como é que se vai recorrer ao mecanismo de mercado para gerir melhor as lojas de habitação pública existentes e a construir.

O projecto propõe a construção de dois complexos municipais de mercado no no lote B6 da Zona A, os quais contêm mercados municipais, centros de comidas e outras instalações públicas, prevendo-se a sua conclusão no próximo ano. No entanto, as autoridades ainda não fizeram a respectiva apresentação nem procederam à recolha de opiniões sobre o projecto dos mercados na zona A, por isso, a população receia que seja seguido o modelo adoptado no Edifício do Lago e no complexo de Seac Pai Van, isto é, os produtos vivos e frescos são vendidos apenas num supermercado. Um grande bairro comunitário com 100 mil habitantes nem sequer tem um mercado tradicional? Isto não só afecta a escolha dos moradores da zona A, que vão ser obrigados a comprar comida fora do seu bairro, como também tem impacto negativo no futuro desenvolvimento geral dos mercados.

O Regime de gestão dos mercados públicos entrou em vigor em 1 de Janeiro deste ano. Exorto as autoridades a agarrar esta oportunidade, para definir planos pormenorizados sobre a posição do desenvolvimento dos mercados, os critérios de instalação e planeamento dos mercados nas novas zonas urbanas, a modernização dos actuais mercados e o aperfeiçoamento da sua gestão e a concretizá-la, para assegurar a complementaridade e a sã concorrência entre as bancas dos mercados e os supermercados e as lojas de venda a retalho de produtos alimentares frescos e vivos, revitalizando-se assim os mercados e proporcionando aos consumidores mais escolhas de produtos frescos, vivos e seguros a preços acessíveis.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 17.10.2022

De acordo com os dados estatísticos da Direcção dos Serviços de Turismo (DST), nos sete dias dos feriados da semana dourada do Dia da Implantação da RPC, houve, em média, 26 mil visitantes por dia, um número que excedeu as expectativas. Mais, em Novembro, as excursões e os vistos electrónicos para quatro províncias e uma cidade do Interior da China irão ser retomados, e a DST afirmou que está a preparar medidas para a recuperação do turismo de Macau. Durante os referidos feriados, Zhuhai, incluindo a Zona de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin, tornaram-se locais populares para os residentes e turistas fazerem “check-in” nas redes sociais. Um dos objectivos estratégicos importantes de Macau é ser um centro mundial de turismo e lazer, pelo que se deve enriquecer o seu conteúdo turístico e reforçar o desenvolvimento interactivo com as regiões vizinhas. O “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau” propõe a promoção do desenvolvimento da indústria do turismo regional, com o objectivo de proporcionar aos turistas uma experiência diversificada, por isso, no futuro, Macau deve reforçar ainda mais a cooperação regional nesta área e impulsionar, em conjunto, com os operadores turísticos, a recuperação da economia de turismo.

No “Projecto de Construção da Ilha Internacional de Turismo e Lazer de Hengqin” de 2019, foi proposto que esta seja um meio importante para promover a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e o desenvolvimento diversificado da economia de Macau, em articulação com a construção de Macau como um centro mundial de turismo e lazer. Neste “projecto de construção” sugeriu-se ainda o aproveitamento das vantagens dos abundantes recursos turísticos das Ilhas de Zhuhai para a criação de “uma rota de viagem romântica nas ilhas”. Em 2015, o Governo Central publicou a autorização de Macau para a gestão de 85 km² de áreas marítimas, e as autoridades competentes afirmaram que a exploração e o aproveitamento das áreas marítimas de Macau não podem ser dissociados da cooperação regional, especialmente no reforço da cooperação Zhuhai-Macau para o desenvolvimento da economia turística das ilhas. As autoridades devem estudar, quanto antes, um plano, através da cooperação regional, para desenvolver em conjunto uma cultura diversificada, com características distintas e produtos turísticos das ilhas virados para o mundo, e expandir em todos os aspectos a fonte de turistas.

Em relação a Macau, a Ilha de Hengqin está separada por um rio e ligada por uma ponte, mais, o posto fronteiriço de Hengqin funciona 24 horas por dia, o que facilita o trânsito. Nos últimos anos, Zhuhai construiu vários hotéis *boutique* nas suas diferentes ilhas, atraindo muitos turistas. Mas Macau dispõe de uma linha costeira longa, as margens dos novos aterros têm uma alta flexibilidade de planeamento, que, conjugado com a história da fusão das culturas oriental e ocidental ao longo de mais de 400 anos, ao desenvolver a economia de turismo das ilhas, Zhuhai e Macau podem aproveitar as suas próprias vantagens e, em conjugação com as políticas de Macau como centro mundial de turismo e lazer, desenvolver em conjunto o turismo costeiro, o turismo marítimo, e o turismo individual com embarcações de recreio entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Além disso, através da política “Turismo +”, podem desenvolver activamente as indústrias culturais e criativas, o comércio e o turismo de macro saúde nas ilhas, impulsionando o

(Tradução)

desenvolvimento das indústrias relacionadas e acelerando a recuperação turística, de modo a criar um novo caminho para o turismo, a cultura e a economia da Grande Baía, e criar um novo capítulo para o desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau.

2022-10-17 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Manual para a destruição do Futebol de Macau”

É notório e do domínio público que o desporto em geral e o futebol em particular têm vindo a degradar-se em Macau nos últimos anos, e prova disso, é a cada vez mais diminuta a assistência nos vários jogos de futebol de Macau.

Macau falhou em Junho de 2019 (pré-pandemia) a participação na primeira ronda de apuramento para o Mundial FIFA do Qatar de 2022 e da Taça Asiática da China em 2023 por recusa da AFM de viajar e ficou imediatamente eliminado destas competições pondo em risco a participação da selecção de Macau em competições da FIFA e da AFC (Asian Football Confederation / Confederação Asiática de Futebol) (AFC) tendo sido multado pelo Comité Disciplinar da FIFA. Além da má imagem no exterior, a saída destas competições internacionais significou a perda de 14 jogos internacionais a serem organizados pela Associação de Futebol de Macau e uma forma de promover o turismo e a economia em vários mercados asiáticos e mundiais.

Em 2021 apenas duas equipas de Macau obtiveram a licença para participar na Taça da AFC mas tiveram posteriormente de declinar a participação na prova por não estarem reunidas as condições para saída e regresso ao território. Esta situação é demonstrativa da falta de apoios ao desporto e ao futebol em Macau, sendo que os jogadores, na sua maioria não profissionais ou semi-profissionais arriscam a perder o seu emprego para representar as suas equipas ou a selecção por não verem as suas faltas justificadas no período de quarentena nem os seus salários pagos por completo.

Por várias vezes houve graves falhas nos trâmites burocráticos que impediram a participação de equipas locais em competições internacionais o que mais uma vez prejudicou o desporto e os jovens

futebolistas de Macau tendo responsáveis dessas equipas referido que a Associação de Futebol de Macau apenas estava interessada em cumprir os critérios mínimos para obtenção de subsídios da FIFA e da AFC.

Na organização de competições locais a AFM solicita aos clubes que assinem um documento a ilibar a associação de quaisquer responsabilidades em jogos oficiais por si organizados, ficando os jogadores e clubes à mercê da sua sorte em caso de algum acidente. A falta de condições, de apoios e de um sistema de seguros obrigatórios que permita aos jogadores e clubes fazer face a eventuais acidentes ocorridos nos campos do governo e nas competições oficiais põe em risco a integridade física dos mesmos.

Outra grave questão tem a ver com o lastimável estado das instalações desportivas e dos campos de futebol em geral sendo que habitualmente as obras efectuadas de manutenção mais parecem uma “manta de retalhos” o que representa um risco para todos os futebolistas e desportistas. Veja-se o estado do relvado do Estádio da Taipa e das suas instalações de apoio, ou o estado do campo do canídromo e das Portas do Cerco ou o caso das obras efectuadas no campo Tamagnini Barbosa em 2021 que remendou as redes de protecção e o piso do campo, mas deixou as bancadas da assistência cheias de rachas. Será que não há dinheiro para recuperar o estado global dos campos de relva sintética e instalações desportivas? Todos sabemos que efectuar diversos remendos fica mais caro do que consertar ou substituir de uma vez algo que não está em condições.

Há em Macau uma falta notória de instalações desportivas que permitam o desenvolvimento desportivo juvenil, e as insuficientes instalações existentes estão na maior parte das vezes num estado de degradação que às vezes até chove por dentro como é o caso do Centro Desportivo do Nordeste da Taipa.

Pergunto-me, há quantos anos não vêm equipas de topo jogar a Macau? Quando foi a última vez que tivemos uma equipa de gabarito

internacional em Macau ou mesmo dos países de Língua Oficial Portuguesa? Há tantos anos que já não nos recordamos da última vez que isso aconteceu.

Aliás, a RAEM diz-se como plataforma de ligação aos PALOPs e inclusivé existem vários protocolos para termos estudantes universitários desses países em Macau. No entanto, esses mesmos estudantes que vêm para Macau ao abrigo dos protocolos oficiais são depois impedidos de se integrar na sociedade de Macau e assim contribuir para o estabelecimento de laços culturais porquanto são impedidos de participar nas competições organizadas pela Associação de Futebol ao nível da 4ª divisão. Não seria que por força do desígnio de fazer de Macau uma verdadeira plataforma com os países de língua portuguesa que estes estudantes fossem integrados na sociedade e pudessem participar nas diversas modalidades desportivas do território?

Vejamos as várias falhas do ID no aspecto de promoção do desporto sobretudo ao nível da promoção da formação juvenil, aliás condição necessária, actualmente, para que os clubes de Macau possam participar nas competições internacionais da AFC.

Desde as regras internas que não são públicas de que as Associações apenas podem ter uma hora por semana de utilização de um único campo para a sua preparação para as competições oficiais, o que é manifestamente insuficiente afectando o rendimento e competitividade das que pretendem melhorar os seus índices de produtividade, passando pela discriminação na atribuição de campos às diferentes associações em que apenas algumas conseguem ter mais do que uma hora semanal contrariando as próprias regras internas do ID, ou até situações de não atribuição de instalações livres como ocorreu no verão do ano passado durante 4 ou 5 meses em que o campo do Sam Yuk que esteve desocupado em determinados horários, porque o Instituto do Desporto se recusou a atribuir o campo às associações que o solicitavam, desculpando-se com o facto de estarem a fazer uma análise interna das regras de atribuição e, pasme-se, tendo inclusive no calendário do seu site na internet colocado que o campo estava ocupado para manutenção

da relva que como se sabe é artificial. Será que é preciso conhecer as pessoas certas nos sítios certos para se conseguir utilizar os campos afectos ao Instituto do Desporto?

Há várias questões de índole administrativo que demonstram uma falta de respeito pelas associações e pelos cidadãos de Macau na atribuição das instalações desportivas, nomeadamente a falta de resposta escrita aos pedidos escritos efectuados ao ID, que na maioria das vezes nem reposta recebem ou se resposta obtiverem de forma oral será sem uma justificação adequada. A todo o momento as associações desportivas locais são confrontadas com novas regras de funcionamento que nunca estão disponíveis no site do ID nem escritas em nenhum lugar, parecem ser feitas à medida para justificar decisões sem nexos.

Não há qualquer apoio do Instituto do Desporto à formação juvenil, nem financeiro nem com abertura das instalações para que essas associações possam desenvolver as suas actividades e na maioria das vezes há até entraves ao desenvolvimento dessas actividades.

No âmbito da governação electrónica não se percebe que as diferentes associações tenham actualmente ainda de submeter os seus pedidos em papel nem que os pedidos de utilização individual dos campos para desportos de grupo, como é o caso do futebol, continuem a sofrer de falhas prejudicando todos aqueles que utilizam os meios electrónicos de marcação de instalações.

A bem da transparência, as contas da Associação de Futebol de Macau e todos os apoios financeiros provenientes do erário público e internacionais atribuídos à mesma devem ser publicitados uma vez que esses valores muitas vezes não chegam às associações locais, em alguns casos, estando há anos à espera da devolução das taxas de inscrição das suas equipas nas competições oficiais. Também não são transparentes os critérios de atribuição de apoios logísticos e financeiros às equipas locais.

Sugere-se igualmente a criação de um Centro de Apoio às Associações Desportivas com infraestruturas próprias e partilhadas entre as diferentes associações que lhes permitam ter condições de desenvolver as suas actividades de formação juvenil, nomeadamente com instalações administrativas, de formação de formadores e de apoio logístico.

Deve-se apostar na criação de mais infraestruturas desportivas de apoio à formação do futebol juvenil nos terrenos recuperados pelo governo nos últimos anos referentes a concessões que não foram desenvolvidas, bem como a criação de infraestruturas em número suficiente nas zonas dos novos aterros e até um centro de estágios de nível internacional que possa atrair equipas dos Países ou de outras regiões exteriores.

Sugere-se igualmente a alteração do mecanismo de atribuição dos campos às diferentes associações assegurando a igualdade de acesso e eliminação das situações discriminatórias que existem actualmente, bem como as melhorias no sistema informático de aluguer individual dos campos permitindo a todos os que os reservam em primeiro lugar terminar os trâmites burocráticos e de pagamento desses campos sem a sua atribuição a outras pessoas.

Muito obrigado!

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 17.10.2022

O Governo deve tomar a iniciativa de prestar atenção e identificar os idosos “anónimos” e proceder, atempadamente, ao seu registo, a fim de evitar a repetição de tragédias

Registou-se, recentemente, um caso de dois idosos falecidos que despertou a atenção da sociedade: um cuidador idoso e a pessoa idosa sob o seu cuidado. A morte da irmã mais velha, com 78 anos de idade, que cuidava do seu irmão mais novo, só foi descoberta ao fim de mais de um mês, e o seu irmão, que tinha dificuldades de mobilidade, morreu em casa devido à falta de cuidados e alimentação. Um incidente devastador. Há então que ter em conta a experiência e que prestar mais atenção às dificuldades de sobrevivência dos idosos “anónimos”.

Segundo os dados dos Serviços de Estatística, 12,2% da população de Macau tem 65 anos ou mais. Com o aumento contínuo dos idosos, o envelhecimento da população de Macau será cada vez mais grave. Numa entrevista, assistentes sociais que prestam serviços aos idosos sublinharam que, para além dos idosos requerentes de subsídios do Governo e que aceitam apoio dos serviços aos idosos, existem, sem dúvida, idosos que são anónimos para a comunidade. Actualmente, os serviços prestados aos idosos não são suficientes, e a razão pode ser porque os idosos não sabem ou não querem recorrer a tais serviços, ou porque não reúnem condições para o fazer, etc. Por isso, o Governo deve prestar mais atenção a estes idosos que não querem recorrer aos serviços de apoio ou que não preenchem os requisitos exigidos.

Quanto ao referido caso, o IAS indicou que os dois idosos falecidos nunca tinham pedido subsídios ao IAS nem recorrido aos serviços de apoio aos idosos. Devido às especificidades dos idosos, mesmo que não tenham necessidade de pedir subsídios, podem ter necessidade de alguns serviços. Os serviços de apoio aos idosos lançados pelo Governo estão espalhados pelas várias zonas comunitárias, e o programa de proximidade de serviços médicos foi organizado várias vezes, porém, o caso referido demonstra que existem ainda lacunas e que o Governo não pode ignorar as necessidades de sobrevivência dos idosos sós e incógnitos por estes não reunirem os requisitos para se candidatarem a subsídios ou serviços, ou por não terem tomado a iniciativa de pedir ajuda.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões ao Governo:

1. O Governo deve tomar as devidas medidas e reforçar a cobertura dos serviços de apoio aos idosos. Há que criar mecanismos específicos para os idosos anónimos, por exemplo, mecanismos de troca de informações entre o IAS e os Serviços de Saúde, para os identificar aquando das idas ao hospital, e lhes prestar informações sobre os serviços quer sociais quer outros.

2. Para os idosos anónimos que não reúnam os requisitos de candidatura ou não queiram pedir ajuda, o Governo deve manter uma boa comunicação com a comunidade, e criar canais de registo não oficiais. Há que prestar, através destes canais e da classificação

da situação destes idosos, cuidados periódicos, para evitar a repetição de tragédias semelhantes.

3. Este caso revelou as lacunas dos serviços de apoio. O Governo deve criar programas de curto, médio e longo prazo, e definir mecanismos mais abrangentes e eficazes, para reduzir o número de idosos anónimos, e garantir um ambiente seguro para todos os idosos.

IAOD dos Deputados Chan Iek Lap, Vong Hin Fai e Chui Sai Cheong em 17.10.2022

Planear de forma científica e razoável a promoção da generalização dos veículos a novas energias

Com o aumento contínuo da consciência da sociedade em relação à protecção ambiental, a promoção dos veículos a novas energias já é um consenso. No entanto, continuam a existir alguns problemas, sobretudo em relação à optimização do planeamento das instalações de carregamento e à necessidade de aumentar a potência das instalações eléctricas dos edifícios dos bairros antigos, problemas que o Governo deve resolver urgentemente, sob pena de se afectar a generalização dos veículos a novas energias em Macau.

Segundo os dados do Governo, até 31 de Agosto de 2022, havia em Macau 3752 veículos eléctricos: 2530 automóveis ligeiros, 457 pesados, 656 motociclos e 109 ciclomotores. Segundo os dados da comunicação social, já foram instalados mais de 400 lugares de carregamento para automóveis ligeiros e, até finais deste ano, este número vai aumentar para dois mil, abrangendo 98% dos parques de estacionamento públicos de Macau, contudo, apenas há 120 lugares de carregamento privados. É possível generalizar as instalações de carregamento, especialmente nos edifícios privados, e acompanhar o aumento dos veículos a novas energias? Isto merece a nossa atenção.

Nos últimos anos, os veículos movidos a novas energias foram, principalmente, os veículos eléctricos, os movidos a gás natural e, ainda, os veículos eléctricos de alcance estendido que são reconhecidos pelo País como veículos ecológicos. Segundo os dados do Governo, para além dos veículos eléctricos, os veículos a novas energias utilizados em Macau incluem ainda os movidos a gás natural e os eléctricos híbridos; os primeiros são principalmente os autocarros públicos e turísticos, e os segundos são veículos ligeiros e motociclos. Os diferentes utilizadores de veículos a novas energias têm hábitos diferentes.

A velocidade de carregamento dos veículos a novas energias está classificada em lenta, média e rápida. Segundo o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, todos os auto-silos das habitações públicas, na Zona A dos novos aterros, vão ter instalações de carregamento para veículos eléctricos, todas de velocidade lenta. (*Resposta do Secretário Raimundo do Rosário à interpelação oral do Deputado Lam Lon Wai, em sede da sessão da Assembleia Legislativa destinada à interpelação oral, no dia 18 de Agosto de 2022, <https://www.tdm.com.mo/zh-hant/news-detail/733829?isvideo=false&lang=zh&category=all>*) A eficiência do “carregamento lento” e do “carregamento rápido” é diferente, e os custos, os recursos e as despesas também são diferentes. Assim, no futuro planeamento do uso de veículos a novas energias, o Governo precisa de clarificar qual é o rumo a seguir, isto é, se as instalações de carregamento são essencialmente de velocidade lenta ou rápida, se não o fizer, pode afectar a vontade dos cidadãos em utilizar estes veículos.

Pelo exposto, sugiro ao Governo que melhore a promoção dos veículos a novas energias e os respectivos equipamentos complementares através das seguintes medidas:

primeiro, proceder a uma avaliação das tendências de crescimento dos veículos a novas energias e a uma análise aprofundada sobre a sobrecarga da rede eléctrica devido às instalações de carregamento, com vista a servir de referência para a promoção da generalização destes veículos. Segundo, proceder a uma avaliação contínua do planeamento dos equipamentos complementares de carregamento, de modo a evitar o aumento da sobrecarga de energia eléctrica nos bairros antigos e afectar o seu normal funcionamento; mais, o Governo deve planear, de forma racional, e escolher as zonas novas que fazem fronteira com os bairros antigos, para instalar um número adequado de equipamentos de carregamento, para que os proprietários de veículos a novas energias que vivem nos bairros antigos os possam também utilizar. Terceiro, estudar as estratégias para a optimização do carregamento inteligente dos veículos eléctricos e aprofundar a análise da viabilidade e eficácia do carregamento inteligente em Macau. Quarto, estudar a utilização simultânea de diferentes tipos de veículos a novas energias a serem complementados por veículos eléctricos, a fim de melhor concretizar os conceitos de deslocação verde e conservação energética. Quinto, sugerir ao Governo que faça uma análise e avaliação da situação real de utilização dos diferentes tipos de veículos a novas energias em Macau, incluindo uma análise sobre o desempenho destes veículos, para promover a sua generalização e definir políticas globais para a sua promoção.